

ALCIDES MAYA

6315

O Rio Grande Independente

PORTO ALEGRE

IMP. DA AGENCIA LITTERARIA

261, Rua dos Andradas, 261

1898

O Rio Grande Independente

ALCIDES MAYA

Publicado originalmente no ano de

-- 1898 --



www.PampaLivre.info

Porto Alegre

TIP. DA AGÊNCIA LITERÁRIA

261, Rua dos Andradas, 261

1898

... “Uma nação não é somente um agregado de indivíduos; é algo mais que isso- é um grande corpo pela distribuição de funções e pelos limites geográficos; é um verdadeiro espírito pelas idéias, pelas tradições, pelas leis. É um indivíduo superior, animado, com as mesmas faculdades do homem, mas desenvolvidas é certo, com vida própria, submetida a leis tão reais como as leis da natureza.”

EMILIO CASTELAR.

... “As sociedades têm, como o oceano, as suas correntes. E aí! Das que pretenderem contrariar ou vencer essas correntes: serão fatalmente submergidas por elas.”

MAGALHÃES LIMA.

**Aos jovens patriotas do Rio Grande
dedica o Autor**

PREFÁCIO

Pede-me o ilustre autor do RIO GRANDE INDEPENDENTE uma prefácio ao seu livro.

Nisto segue o uso, o que eu considero uma inutilidade.

Se a obra é boa de per si, que importa o prefácio? De que serve ele? É apenas uma excrescência.

Se é má, não altera-lhe nem o fundo, nem a forma; por melhor que ele seja não a salvará do naufrágio.

Alcides Maya não há mister de apresentações alheias. Quem escreveu aos dezenove anos o livro: - PELO FUTURO -, onde a par de estudos e conhecimentos que contrastam com tão verdes anos, denota seguro critério filosófico e estético, não precisa, de certo, quem apadrinhe um novo filho de suas lucubrações.

O meu jovem patricio é realmente uma precocidade! Se tomará por veredas literárias, onde a imaginação é o elemento preponderante, não me causaria pasmo.

Mas com a extemporaneidade dos frutos de seu talento, ele ultrapassou os limites da ordem natural; começou por onde outros acabam.

Será uma felicidade?

Não sei. Parece-me que encanece, quando os outros principiam apenas a viver.

Galgou de um salto larga época da existência humana, isto é, o período dos sonhos acatasolados, das aspirações ridentes e das paixões ardorosas. Por isso mesmo sua estréia nas letras deu ao Rio Grande do Sul uma glória que não refulgiu nos campos de batalha, ao relampejo das lanças e ao ribombo do canhão, mas na serenidade dos certames das letras e ciências.

Foi desmentido cabal à asserção de que o clima do sul só pode produzir manifestações marciais, asserção subscrita por Adolfo Caminha e refutada por Alcides Maya, de fato e na teoria.

A ignorância de nossa história arrastou o autor da NORMALISTA a semelhante proposição.

Sempre em armas, tendo pouco mais de um século de existência, o Rio Grande não fruiu dos lazeres que trazem em larga escala a espontânea produção literária, científica e artística.

Não obstante, em todos os ramos da atividade humana apareceram sempre vocações decididas, talentos privilegiados.

Se não tiveram desenvolvimento definitivo e luxuriosa maturidade, a causa deve-se procurá-la no meio social agitado e revoltado pelas conflagrações belicosas, que em compensação, imprimiram-nos ao caráter este cunho de vitilidade e força que em vão procurar-se-ia em outra parte do país.

E para prová-lo basta lembrar que em organizações femininas, consagradas à cultura da arte, temos tido maior soma que, qualquer dos outros estados.

Como representantes do período clássico, entre outras nomearemos: Eurydice Barandas e Delphina, a Cega, que publicaram livros; do período romântico: Rita Barém,

Amália Figuerôa, Julieta de Melo, Cândida Fortes, e nos últimos tempos Ana Aurora do Amaral Lisboa, que ocupa lugar proeminente no magistério, na poesia e na arte dramática.

Não devo olvidar nesta enumeração o nome de Luciana de Abreu, que, além de ser uma das mais distintas professoras da capital, na tribuna das conferências colheu copiosa messe de amarantos para a coroa de sua imortalidade. Cristiano Ottoni, ouvindo-a num sarau do *Partenon Literário*, ponderou-me maravilhado:

“É caso único no Brasil, uma senhora que assim pense e assim se exprima.”

Quando ela estudava matemática com Antonio Carlos Ennes Bandeira, este elogiando-a um dia por sua aptidão para as ciências exatas, terminou, dizendo-me:

“É um cérebro de homem.”

É para mim a craveira feminil a que serve para aferir a capacidade natural do homem em nossa terra. Se a mulher é de tal ordem, ela que influi poderosamente sobre a nossa índole, sobre a nossa educação, sobre os nossos costumes, sobre cada um de nossos dias, como poderíamos ser-lhe inferiores?

Seria um contra-senso supor-se o contrário.

Se a teoria climaterica não fosse contraproducente em relação a nós, porque só o calor e o frio extremos entorpecem, aniquilam e destroem a atividade e, a vida como, provam a solidão e aridez dos pólos e do Saara, este argumento de per si a derrocaria.

E depois qual a suma de superioridade que nos apresentam?

A imitação grosseira e inconsciente da arte francesa? O verso parnasiano e o naturalismo de Zola?

O primeiro denuncia um período de decadência, em que se rebusca a forma, desprezando o fundo, de onde as vezes um acervo de palavras buriladas em requinte de filigranas, mas cujo sentido é nulo.

O segundo é uma estólida pretensão e a exploração do escândalo.

Naturalismo e documento humano existiram, desde que se esboçaram as primeiras literaturas no seio da humanidade; e quando mais se volve para as origens primitivas, tanto mais próximas e mais manifestas são as relações do homem e da natureza. Senão lede os Vedas, a Ramayana, a Bíblia, Homero, a Kalevala, etc.

Que cenas simples, cheias de verdade decorrem de suas páginas! Até a religião é absolutamente naturalística, porque nela imperam os fenômenos físicos personalizados.

O pretense romance experimental é mera parvoíce em todas as línguas humanas, porquanto todas elas possuem um vocábulo para o que significa experiência.

Quem jamais experimentou um romance?

Retif de la Bretonne no fim do século passado, melhor que Zola, genialmente, pôs em prática os processos literários que ele usa e impinge como novidades.

O mesmo amor as aberrações; ao escândalo. À linguagem depravada, à pintura dos costumes libertinos, aos casos patológicos de erotismo, aos aleijões morais, tudo isto ele o fez brilhantemente numa época de degradação das letras.

Por que, pois, havíamos de imitar a França que ruiu em Sedam, podre pela corrupção napoleônica?

Não tinha ela reatores, embora em pequeno número, que exibiam os novos moldes no domínio da arte?

Na Inglaterra, na Alemanha, na Rússia, sobretudo, não encontrávamos modelos no estudo psíquico dos personagens, do romance em vez dos estudos dos anfiteatros de anatomia e das deformidades humanas?

Realmente não valia a pena que o Rio Grande entrasse no concurso da poesia alambicada e do romance eivado desse naturalismo que, como um verme, se apascenta nos monturos da sordidez.

A mocidade do Rio Grande dotada de talento educado em conhecimentos sérios, contra isso protestou, e entre seus órgãos de reação distinguiu-se Alcides Maya, que em literatura e filosofia, colima elevado objectivo em ideais supremos.

A revolução de 93, se não tivesse outro resultado imediato, teria o de ter feito madrugardar o pensamento no cérebro dos adolescentes daquela época calamitosa.

Era então criança Alcides Maya.

Observou quadros negros, medonhas cenas de sangue, tragédias e hecatombes cruentas.

Ouviu de longe o eco dos gemidos das vítimas que, na campanha, caíam aos golpes de magarefes como folhas flácidas, as brisas do outono.

Confrange-se-lhe o coração aos soluços, aos ais doridos das mães, das esposas, das irmãs e dos filhos, em cujos braços eram assassinados os entes mais caros a seus afetos.

A imaginação núbil retraçava-lhe em dores vivas e indeléveis o incêndio das estâncias, a carnificina feroz, o sangue, os atentados contra o pudor, a matança de mulheres e os mil suplícios que inventavam os algozes.

Assistiu ao desdobramento dos crimes a tirania, ao passo que estudava história. Mentalmente via desfilar o préstito horripilante de Tibério, Calígula, Nero, Vitélio, Domiciano, Caracala, Heliogábalo e outros celerados do passado romano, e teve de compará-los forçosamente com os da atualidade de sua pátria.

Na lição latina de Suetônio e Tácito aprendeu a odiar o despotismo, o que era corroborado pela voz persuasiva de seus mestres e pelas tradições eloqüentes da sua terra natal.

Dos bancos escolásticos saiu homem feito pela pureza dos princípios e pelo pensamento desabrochado.

A mocidade, em geral, é generosa, e acalenta e ama e acarinha, desvelada, os ideais de liberdade e justiça.

Houve, é certo, exemplos contrários entre nós; mas é uma exceção revoltante contra a lógica dos sentimentos juvenis e contra a verdade da história.

Alcides Maya destaca-se na plêiade que não cantou loas, nem fez genuflexões a Júlio de Castilhos e a Floriano Peixoto.

Representante da geração que vai suceder-nos, ele simboliza o futuro da pátria brasileira.

Assim é que num assomo de verdadeiro patriotismo, quando os exploradores das desgraças públicas preparavam-se para nova subversão da sociedade rio-grandense, ele tomou da pena e escreveu o *Rio Grande Independente*.

O *Rio Grande Independente* não é um grosso volume que os tempos hodiernos não comportam. Hoje o assunto deve ser condensado e o estilo cerrado; em poucas laudas compactas pode dizer-se muito.

A profusão, exceto em obras eruditas, é um desacerto.

Breve e profundo, eis a regra. O autor respeitou-a.

De acordo com a matéria capital, divirjo apenas em alguns pontos acessórios, verdadeiras nugas de que nem convém tratar.

Amo também a pátria grande; só assim será uma grande pátria.

Antoja-se-me que em largos horizontes minha retina espelha reflexos do infinito, como sobre o plaiño dos mares e a amplidão dos céus.

O círculo estreito dum burgo afogar-me-ia.

Não é esta uma aspiração?

Por que a Prússia unificou quase todas as raças germânicas?

Por que o Piemonte integrou a Itália, reunindo em um só corpo todos os pequenos estados que a subdividiam?

Qual o objetivo do panslavismo? Da união ibérica?

Que pretende a Grécia, combatendo os turcos, senão congregar debaixo do mesmo pavilhão os elementos helênicos, desde muito dispersos?

Quando uma nacionalidade segue a lei contrária, é um cadáver, está no período de esfacelamento, e será conseqüentemente assimilada por outra mais forte. É o caso dos ingleses de nacionalidade?

Não serão o domínio territorial, a mesma raça, a mesma história e tradições, a mesma língua, idênticos costumes, legislação e culto?

Não as temos com insignificantes discrepâncias originadas antes da topografia e das profissões a ela adequadas?

A objeção de que o tipo definitivo do brasileiro não se fixou, por continuar ainda o cruzamento de varias raças, não procede.

Na Europa os estudos antropológicos têm provado que em todas as raças que ali disputam-se o domínio do continente, há mistura evidente de outras, não só pelos crâneos, mas por outros muitos caracteres osteológicos.

A ação milenária do meio, portanto, lá ainda não conseguiu apagar os últimos vestígios dum passado pré-histórico e remotíssimo.

Que importa, pois, um tipo definitivo, quando o fator mesológico social tem ação mais direta e imediata?

Que vejam os estados Unidos, onde milhões de alemães, milhões de negros chins e índios, milhões de espanhóis, franceses, italianos, portugueses, etc., não perturbam a marcha do progresso, aliás são úteis e fecundos colaboradores.

Os tempos coloniais lançaram as bases da nova nacionalidade, o império bragantino estreitou mais os vínculos, o período anárquico que sucedeu a monarquia em 15 de novembro de 1889 afrouxou as relações e afinidades, entibando os impulsos patrióticos.

Temos hoje vinte nações, vinte pátrias constituídas dentro duma pátria, que é uma ficção. Qual a causa?

Examinemo-la.

A vida federativa dum povo com os estados e communas comparo com o sistema solar.

O sol está no centro, em torno os planetas, e em torno dos últimos os satélites.

Cada planeta não tem luz, calor, peso específico, movimentos que lhe são próprios?

Não sucede o mesmo a cada satélite?

Esta autonomia, que é uma força separativa, obedece contudo a uma outra força centrípeta que os domina em cada um de seus átomos. O duplo poder de atração e repulsão estabelece entre todos a mais completa harmonia.

Transportemos os fenômenos do cosmos para a esfera social.

Imitamos os Estados Unidos, uma constituição proveniente de circunstâncias especiais.

O partido republicano aspirava tal soma de garantias e direitos estaduais, que seria a desintegração da nascente nacionalidade; o partido federalista, guiado por Washington, Hamilton e Jay, reclamava ao contrário, para salvá-la, mais centralização.

Do conflito, que foi duro, nasceu a lei fundamental; mas para conseguir a vitória o federalismo fez amplas concessões aos estados.

Não estávamos em análogas condições, não havia imprescindível exigência política; mas parece que no brasileiro, por mais talento que ele possua, existe sempre o antropóide, o papagaio e o botocudo das florestas natais, uma desmarcada tendência de reproduzir o que é de alheias terras, embora não se adapte dutilmente ao nosso meio. Dali milhares de erros e nenhuma originalidade.

Basta recordar que a constituição americana era feita para treze estados circunscritos entre o litoral atlântico e os montes Alegany.

Era incomparável o imenso território nacional, possuindo vastas zonas quase desertas e a população disseminada?

Por que o poder judiciário, que devia ser uno, indivisível, foi fragmentado e entregue às orgias da política de campanário estadual, aos ódios, vinganças e tacanhos interesses das facções?

Por que extorquiram a União a maior cópia dos recursos financeiros, deixando-a incapaz de solver os compromissos da dívida pública, e ficando os estados sem a mínima parcela de responsabilidade?

Era o modelo impecável?

A constituição americana está a prova do tempo? A existência de um século garante-a contra um cataclismo, mormente hoje que o país ampliou as fronteiras entre os dois oceanos?

Não existe latente entre o sul e o norte, entre o leste e o oeste o fermento da dissolução?

Se o pacto fundamental não foi até o presente abalado radicalmente, aluído em sua base, a causa deve ser esmerilhada fora da lei, e lobrigá-la-emos no admirável senso prático do anglo-saxônico; pois a constituição encerra em si a oportunidade de inúmeros conflitos de jurisdição, o tubérculo de grave morbo.

Apareça a causa ocasional e o mal surgirá terrível, como o vimos na Guerra de Secessão, que durou quatro anos e teve a catástrofe trágica do assassinato de Lincoln.

Os brasileiros tentando aclimar produto exótico, descuraram as próprias precauções que lhe concedem no torrão nativo. Assim é que vemos destacar ao lado da constituição federal, a abstrusa heterogênea, autocracia constituição do Rio Grande do Sul, cujos princípios basilares são antagônicos ao espírito daquela. Em 1831 fizemos uma revolução para argumentar os direitos e prerrogativas das províncias, foi um movimento descentralizador; hoje é mister uma outra para salvar a integridade da nação.

Urge um novo ato adicional.

Urge que os estados, como os planetas tenham vida independente; porém com eles em torno do sol, obedeçam inflexível inalteradamente à lei da gravitação.

O centro deve ser uma condensação de poderes, um foco de força superior à totalidade das energias vitais de todos os estados, sem o que falecerá o equilíbrio necessário a manutenção da integridade nacional.

No caso oposto a pátria será desintegrada, como quase o é hodiernamente.

Os patriotas, salvemo-la.

Qual foi o arauto do secessionismo no Rio Grande do Sul, a ave agoureira que cruzou sinistramente sobre nossos tetos adormidos em doce placidez?

Quem, apostatando das tradições de bem, postergando o passado brilhante de seu berço, quis interromper a filiação histórica?

Quem convocou um conciliábulo, em casa de Luiz Leseigneur, na Azenha, nos dois tempos da propaganda, para que o partido republicano rio-grandense se declarasse separatista?

Quem, deparando na capital opugnação ao nefasto plano, maximé de minha parte e de Luiz Leseigneur, não convicto ainda de que o bom senso e a lealdade proverbial de seus compatriotas não equiesceriam a semelhante ato, apelou para o congresso de Santa Maria, onde esbarrou com a oposição de Assis Brasil?

O entusiástico paraninfo da peregrina idéia foi Julio de Castilhos (1)

Vã tentativa apriórica, porquanto nunca foi demonstrada em princípio sua urgência ou utilidade!

Porém nada de receios. Ele não conseguirá jamais a realização do desastroso projeto, porque falta-lhe tudo, principalmente a sanção de um milhão de rio-grandenses domiciliados aqui e no estrangeiro.

Todavia há um meio de independência para o Rio Grande e os outros estados da federação.

Cada um pode agir livre e autonomicamente quanto à economia política, resolvendo intrincados problemas que afetam sua vida íntima.

Sofreram, porventura, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná com manumissão do escravo? Resolvendo o problema da pequena propriedade e importando o colono, aquele tornara-se apenas um fator doméstico, e este radicando-se ao solo pela posse, constituía-se membro da nova comunidade.

São Paulo, Rio de Janeiro e Minas lutam e hão de lutar ainda muito para a consecução deste desideratum. É um avanço que temos, uma vantagem adquirida.

Na simultaneidade da cultura agrícola os três estados do Sul mais sobem de ponto, levando lampas a zona cafeeira do Brasil; porque bastaria que uma epidemia ferisse de morte a planta a qual consagram por fatal crise financeira, com todo o cortejo de misérias concomitantes.

O mesmo em ciência e literatura.

Por que as academias, por exemplo, da Bahia e do Rio hão de pensar uniformemente? Pautar os processos de estudos por uma norma invariável?

(1) O histórico destes fatos explanei minuciosamente n' A Reforma, nº de 27 de Junho de 1890 e 5 de Agosto de 1892.

Até para o progresso impõe-se a diferenciação; dos atritos chispam centelhas. As universidades da Alemanha têm nomeada, as há famosas, mas cada lente em sua cadeira é o tradutor fiel de suas opiniões pessoais, o que é garantido aliás pela constituição germânica. Virchow, em Berlim, fulmina a teoria da evolução; Haeckel, em Iena, faz-lhe a apoteose.

Infelizmente o comtismo ainda não permitiu entre nós academias ou quaisquer núcleos científicos.

Assim a literatura.

Do Pará ao Rio Grande do Sul a latitude vai paulatinamente variando; o homem veste de modo diverso. A fauna e a flora em tal distância, em circunscrições opostas, se conservam um caráter geral de parentesco, tem no entanto diferenças incisivas, criações locais. Os ventos, os fenômenos meteorológicos são outros; o crepúsculo às margens do Amazonas é rápido, a treva sucede a luz, sem matrizes; no Uruguai tem gradações prolongadas, há nele uma escala de irisações. O gérmen mórbido que lá prospera, aqui fenece.

Na extrema norte a indústria extrativa constitui a principal ocupação; o seringueiro e o regatão são tipos peculiares; no extremo sul a vida pastoril, a estância, o peão, o gaúcho, têm uma fisionomia que lhes pertence exclusivamente.

A proporção que se vai descendo do equador para os trópicos, de estado, para estado, lento e lento vão-se acentuando cambiantes de dissimilaridade.

A literatura, pois, deve ser um espelho, uma fotografia destas variantes da natureza. Só não é permitido fazer periclitar o caráter humano, a lógica dos sentimentos; as manifestações psíquicas em fundo são idênticas.

Conseqüentemente a literatura deve diversificar; como a história e as tradições de cada estado.

Esta independência, sim, eu a compreendo no sistema federativo.

Em Montevidéo e Buenos Aires, onde o cosmopolitismo invasor vai aos poucos obumbrando os traços característicos da nacionalidade, talentos patrióticos deram o brado de reação.

Nasceram deste movimento a poesia, o drama e o romance crioulos.

Assignalam o recente e brilhante ciclo literário os numerosos romances de Eduardo Gutierrez, Eduardo Acevedo Diaz, Juan Mora e outros; os versos do payador (1) argentino de Gabino Ezeiza e Faustino Diaz, em Buenos Aires, e os do gaúcho oriental de Elias Regules, Felix Saens, Victor Perez Petit, Arosman Moratorio, etc.

(1) Trovador.

No Rio Grande do Sul, onde a irrupção de elementos estranhos é contínua, nossos costumes e usanças vão perdendo terreno, diluindo o colorido vivaz, obliterando a expressão primitiva e americana.

Contra isto levantemos uma cruzada.

Esta emancipação é patriótica, legítima, legal.

Eis a independência que almejo para o Rio Grande.

Li acuradamente o Rio Grande Independente de Alcides Maya e fiz as considerações que sua leitura sugeriu-me. Fi-lo calma e friamente e, com ele, fora da órbita partidária.

Não há nisto glória, fui brasileiro.

Se não aceito alguns dos conceitos, algo de pessimismo exagerado, admiro-lhe o intuito cívico, a elevação de seus sentimentos, a seriedade, talento e estudo com que escreveu o seu opúsculo.

Agradeço-lhe o ter-me escolhido para prefaciador de seu trabalho, porque o assunto é de minha predileção e o jovem merece-me toda a sorte de estima e urbanidade.

Porém não concluirei, sem satisfazer uns pruridos de contestá-lo em algum ponto.

Vou escolher propositalmente um simples trecho, a seguinte frase:

“Da juventude há tudo a esperar fora, dela nada”.

Melancólico e desolador o quadro!

Sim, da juventude há tudo a esperar. De acordo.

Mas, fora dela, nada?

Não.

Sim, a mocidade pertence o futuro, isto é, o tempo que está além, por enquanto velado em nuvens do vago e indeciso, em nossas críticas condições atuais.

Pertence-lhe o presente, a época calamitosa que atravessamos, onde após a tempestade que rugiu, novos bulhões se formaram, o furacão turbilhona e o raio estala, traçando múltiplas sendas de ruína e o solo juncado de cadáveres? Não. Por mais ciência que tenha o moço, não passa de um conjunto de teorias, sem aplicação a vida real, sem a prévia aprendizagem da prática.

Seu braço tem músculo, é forte, mas pode ser ferido, por um espadachim decrépito, se não tiver aprendido esgrima.

Isto em relação a espada e não com referência a nau do governo, cujo timão reclama dextra calejada em longos anos de tirocínio, afeita a arrostar com a sanha de mares procelosos, em manobras difíceis. O pulso bisonho do grumete será imbele e fraco para abrir caminho no labirinto de vagas iracundas.

As lições do livro valem muito, porém as lições da experiência valem mais; pois que os versados, como diz Camões, “sabem o como, o quando, e onde as cousas cabem”.

Sim, da juventude há tudo a esperar.

Como cada estação do ano, cada idade tem seus domínios. A primavera produz flores e não frutos.

A ela, não há duvidar, pertence-lhe, é sua a posteridade.

Mas, a quem, está o presente sombrio, cheio de abismos, semeado de perigos.

Como garantir o porvir?

Como deixar-lhe a feliz tranquilidade a nossos herdeiros?

Que o patriotismo fale, labore, labute fora do círculo estreito das facções e do espírito mesquinho de seita.

Não apelarei em vão para o autor do *Rio Grande independente*, que representa brilhantemente a nova geração.

Urge, eis a verdade, urge chamar a postos os competentes e expelir os incapazes que desde 15 de novembro de 1889 invadiram, inundando, as cumiadas do poder.

Por que deixar em seu retraimento estéril o ilustre mineiro, visconde de Ouro Preto?

É monarquia, dirão, como argumento indefectível, os prosélitos de um partido infenso à ordem, à liberdade, à justiça e ao erário público.

Objeção meramente inane, senão cavilosa.

Que importa o sentimento individual, que é prova irrefragável do seu caráter se na alma do último ministro do império, se em seu coração, há alguma coisa que mais pese do que a família de Bragança, do que os princípios dinásticos, que a pátria?

Deixou ele de ser brasileiro?

Ninguém em consciência o afirmará.

É um estadista completo?

É só o que nos falta.

Chamem-no, pois, chamem Andrade Figueira, Gaspar Martins, Afonso Pena, Rui Barbosa, enfim, todos os homens que serviram gloriosamente o império, e a

república será salva gloriosamente, e a mocidade, representada em Alcides Maya, terá mestres de que precisa.

Casa Branca, 6 de março de 1898.

Apolinário Porto Alegre.

No seio da sociedade brasileira, tão conturbada nos últimos tempos por sucessos lamentáveis, peripécias sangrentas, erros administrativos e abusos de toda a ordem filhos uns de nossa índole de povo desabitado ao exercício de instituições adiantadas e a responsabilidade dispersiva que, acentuando-se, poderá causar males imensos e grandes desgraças ao nosso país.

Queremos falar da tendência separatista.

Ela existe, ninguém ignora! Confrangendo o coração dos patriotas, que observam, angustiados, indícios seguros de temporal nas bandas carregadas do porvir.

Ela existe, e deve ser combatida desde já, por meio de uma propaganda tenaz e constante, que leve a todos os espíritos a convicção justificada da completa improcedência dos argumentos, até hoje empregados na defesa da dissolução nacional.

É certo que, no caso corrente, a nossa pátria não apresentou por enquanto o fenômeno da *polarização*, de que nos fala o eminente G. Tarde em sua belíssima obra *L'opposition universelle*, recentemente publicada; fenômeno que ocorre na vida de todas as sociedades absorvidas pelo desejo da vitória ou da ruína de princípios opostos, como sucedeu na Holanda por ocasião da célebre polêmica dos *gomaristas* e *arministas*.

O foco da retina brasileira ainda não se fixou demorada e exclusivamente na questão separatista.

A não ser São Paulo, onde muitos soldados dessa causa têm procurado, sob a chefia de Martim Francisco, organizar partido as claras, desassombradamente, podemos dizer que em todo o Brasil os entusiastas do desmembramento temem afrontar a opinião, arvorando estandarte e plantando tenda de combate.

Mas isso não significa a inexistência de uma certa corrente de idéias nesse sentido.

No Rio Grande do Sul, especialmente, urge que os homens de critério e de patriotismo aliem-se para conjurar o perigo; porque entre nós, mais que em qualquer outra parte, há desejo de independência anárquica e circunstâncias que lhes podem ser propícias em dado momento...

Quando a tempestade ruge ao longe soergue a primeira vaga, o marujo experimentado prepara-se para enfrentá-la.

Isto nas solidões imensas do oceano, isto nos momentos difíceis da existência dos povos.

Confiar ao acaso a estabilidade das leis; esperar do acaso a vitória do justo; transformar o acaso em agente único e supremo dos fatos sociais, é viver em plena anarquia, render-se ao arbítrio das facções, apodrecer na decadência, extinguir-se no marasmo.

Uma sociedade nunca deve descurar de sua organização sob o pretexto de que as leis da dinâmica social são inconscientes.

Uma sociedade, escreve De Greef, pode “por seus órgãos de deliberação e de representação transformar em uma direção vantajosa a sua constituição, favorecendo o atuar da lei natural”.

Os países que cruzam os braços e não gostam de prevenir-se, estão continuamente expostos a todas as espécies de males.

Há certos movimentos que precisam ser opugnados; certas propagandas que devem ser anuladas; certos projetos que merecem análise destruidora.

Ai das nações cuja massa popular vive adormecida no letargo da indiferença!

Nelas a audácia de qualquer grupo sem ideal pode, muitas vezes, apoderar-se das culminâncias do poder, abrindo o caminho abrolhoso dos erros e decepções que sempre afetam a coletividade desprevenida.

A história aí está para provar o que afirmamos.

Por outro lado, os povos fortes, que têm fibra e têmpera, que sabem querer, que lutam contra a ambição dos tiranos, contra o delírio freqüentemente sanguinário dos demagogos e contra a liga dos interesseiros vulgares; os povos que aprenderam a subordinar, no curso de uma existência mais ou menos agitada, o modo de pensar e de agir jurídico, como base da liberdade e da grandeza; esses nunca vacilam na repressão dos tumultos irrazoáveis e no combate sem tréguas às causas extemporâneas. Sirvam eles de exemplo para nós, nação enfraquecida nas delícias do *laissez-faire*, nação incapaz de grandes estorvos, nação que apenas solta o brado de alarme e sente a angústia do sobressalto nos momentos em que o perigo é extraordinário e a desgraça quase irreparável!

Então, sim, o despeito e a raiva, muito mais que o entusiasmo e o civismo, fazem explosão, ameaçadoramente.

E começam a surgir os desmandos da multidão cega, febril, delirante, dos apaixonados da última hora, dos patriotas apavorados, pelo desfecho imprevisto, dos heróis retardatários...

Chovem acusações gravíssimas contra tudo e contra todos; o povo procura livrar-se de qualquer participação na origem do mal, e tenta responsabilizar pelos erros coletivos, pelos abusos comuns, pelas faltas de todos, pelo otimismo embrutecedor da maioria, certas e determinadas pessoas, esta ou aquela classe, tal ou qual partido.

Abri os anais, ou antes, as crônicas do Brasil-colônia, do Brasil-império e do Brasil-república, e vereis que a incúria antes, e a impaciência depois de qualquer acontecimento grave, são as feições de nossa conduta administrativa, as notas de nossa psicologia popular.

Além disso, em algumas rodas, em conhecidos agrupamentos, há o *dilettantismo* do boato, o gozo doentio e intenso das novas de sensação, o prazer dissolvente e histérico de observar de longe, livre de perigo, resguardado de qualquer golpe, comodamente, o desdobrar dos acontecimentos importantes para a pátria e para a

república, do mesmo modo que outrora, nos tempos da Roma sanguinária e libertina, a plebe observava os embates das legiões que, donas do governo, senhoras da política, pelejavam pela vitória dos césaes prediletos, ou então, protegida por altas trincheiras, contemplava no circo os combates ferozes dos gladiadores e das feras...

Não exageramos as cores do quadro; este, existe, desconsolador e sombrio, às vistas de todos.

Sem a força do querer, sem a faculdade de ação, quase sem energia coletiva, sem a disposição de ânimo para sacrificar tudo nas aras da justiça, no culto da verdade intransigente, no respeito e na obediência aos princípios cardeais de sua estrutura política, o Brasil, esta nossa terra querida, tão merecedora de piedade, tão pobre de amor, está e estará ainda por muito tempo exposto ao charlatanismo dos politiquinhos audazes, a precipitação dos ideólogos e radicais, a exploração dos estrangeiros e a ganância vil, ignóbil e pútrida dos que dedicam a vida pública, pensando unicamente na fortuna.

Essas palavras recordam os últimos anos da Monarquia e os primeiros da República.

Ora, o povo que se deixava embair por qualquer sindicato organizado pelos políticos da monarquia justamente com o fim de o explorar; o povo que, depois de muitos anos de chicana parlamentar, ainda confiava em promessas, sempre falazes, de programas espetaculosos; o povo que assistiu impassível e bestificado aos estabelecimento de um regime cujos doutrinadores e propagandistas nada mais fizeram além de discursos, passeatas, música e foguetórios; o povo que não soube, não pôde e não quis reagir contra os erros, os atentados e as violências dos primeiros anos da República; o povo que cede a praça pública aos arruaceiros, e prefere frases bonitas e chavões gastos, de uma retórica pedantesca e frívola, a estudos sociais, longos e meditados; o povo que só tem o critério da vitória e só aplaude e festeja os triunfadores; o povo que só tem isso procede de modo tão pouco decoroso, tão fraco e desanimador; seria muito capaz de vacilar, de ficar inerte, se amanhã ou depois, ou mais tarde, as tendências separatistas, ainda latentes e dissimuladas, ainda opugnáveis e reductíveis, passassem a ser aspirações que desejam objectivar-se a toda força.

Por isso, é a nova geração, aos moços de nossa idade, que dedicamos este panfleto patriótico.

Da juventude há tudo a esperar; fora dela, nada.

Se aqueles que surgem agora para as lutas da vida e da pátria, não quiserem combater o veneno que vem do passado, dos tempos coloniais, da escravidão negra, das podridões monárquicas, veneno auxiliado em sua ação corrosiva por um milhão de esbulhos na fase republicana; então o Brasil tornar-se-á seguramente a China da América, marchando a passos largos pela estrada da apatia, do retrocesso e da dissolução!

Tenhamos a nobre coragem da expressão livre da verdade!

Para a cura dos países verminados, só o ferro em brasa da sátira, do anátema e da crítica...

A solução de nosso problema social depende da transformação de muitos milhões de *sujeitos*, sem moral cívica, em *cidadãos*, cômicos de seus deveres e direitos.

Volvamos, porém, ao nosso ponto inicial.

Estudando a questão do *Rio Grande independente*, procuramos ser tão imparcial quanto é possível, desprezando os dictames especiais de qualquer credo político.

Os assuntos que se relacionam com a vida dos povos não são da alçada do fanatismo, e não podem ser torcidos pela paixão partidária, acidente mais ou menos nocivo e transitório no jogo das forças sociais.

E também nenhuma importância ligaremos aos juízos suspeitos e bastardos que a crítica ferina de adversários desleais queira externar sobre este trabalho, cujo único mérito é o sentimento altamente patriótico que o inspira.

Quando a convicção abroquelou o defensor de uma idéia, pouco se lhe dá de receber afrontas e calúnias: forte, ímpoluto e ardente, ele segue avante, marcha de viseira erguida, e ao tombar vencido ou ao hastear da vitória, é sempre o mesmo homem.

A derrota só apavora os fracos; os valentes aproveitam-na para estímulo de futuros triunfos.

Quanto a nós, sempre desejamos, ainda nos dias de sacrifício, que as páginas que escrevemos guardassem, imaculadas, as vibrações de nossa alma.

Hoje procedemos como ontem.

Tratando da separação do Rio Grande, procuramos responder a duas perguntas: isso dar-se-á por evolução? Por meio de revolução?

O Rio Grande terá em sua história e em seu meio motivos justos para separar-se, com o tempo, da União Brasileira? Será obra digna e patriótica lançá-lo atualmente em um movimento que o torne independente?

A resposta a primeira destas perguntas é o fim do folheto que oferecemos hoje aos jovens patriotas sulinos; ela responde também a segunda questão.

Se o Rio Grande não tem motivos justos, filhos da história, do meio e da necessidade, para abandonar os seus irmãos do Norte, segue-se que é fundamentalmente condenável qualquer tentativa armada para desagregá-lo.

Os homens só devem bater-se na arena da honra, movidos pelo ideal; o sangue só deve correr para fecundar no solo da pátria a semente dos grandes princípios.

Sem intuitos dignos e proveitosos, a luta armada é a maior das atrocidades.

O único campo de batalha compatível com a civilização atual é aquele em que os paladinos levam na lâmina da espada a centelha da justiça!

É necessário interrogar nos momentos de grande vitória para um partido ou um povo, se a razão triunfou com a força, por que, no caso contrário, a vitória da força é um desastre moral.

Lede estas páginas, moços do meu Rio Grande; lede-as, para as acolher ou condenar.

Quem condena ainda tem vida, ainda tem energia, ainda pensa, sente e age; quem condena não é de todo um morto moral...

O que desespera, o que consterna, o que desanima é ver uma geração que não chora, que não se entusiasma, que não sofre e que não crê; o que desespera, o que consterna e o que desanima é observar uma juventude indiferente, que folga enquanto a pátria sangra, que ri quando a pátria verte lágrimas, que só pensa no prazer quando a pátria vê-se ameaçada de três mortes: a morte da anarquia, a morte da miséria e a morte da dissolução!

O que desespera, o que consterna, o que desanima é não se poder, - nos instantes supremos, na solenidade da angústia, no pavor do futuro, bradar-se a mocidade, como o poeta:

“Por terra, a túnica em pedaços,

Agonizando a Pátria está.

O’ mocidade, ouço os teus passos!...

Beija-a na fronte, ergue-a nos braços,

Não morrerá!

.....

Rasga o teu peito sem cautela,

Dá-lhe o teu sangue todo, vá!

O’ mocidade heróica e bela,

Morre a cantar, morre, porque ela

Reviverá!

II

Afirmamos no capítulo precedente que o Rio Grande é o Estado brasileiro onde o separatismo conta com mais adeptos.

Longe de ser um exagero, uma desconfiança sem fundamento, essa opinião traduz fielmente a realidade.

Para desmenti-la não bastam as palavras suspeitas dos separatistas por cálculo, por desejos inconfessáveis, por objetivos ocultos; não bastam os juízos hipócritas dos partidários pusilânimes que negam exatamente o que almejam, e só costumam manifestar-se na hora do triunfo; não basta o argumento da massa, inconsciente e nula, força cega que hoje move-se em uma direção e amanhã poderá agitar-se noutra.

Bem sabemos que o sentimento representa, entre nós, a minoria dos votos populares, o que não significa precisamente, dadas certas circunstâncias de meio e de momento, minoria de combatentes.

Os jacobinos franceses não passavam de trezentos mil fanáticos no seio revoltado de uma sociedade de vinte e seis milhões de habitantes; mas, não obstante a insignificância relativa do número, conseguiram elevar-se ao fastígio do poder, envolvendo toda a França em nuvem vermelha de ódio e de sangue.

“É que a força, diz Taine, não se mede pelo número: os jacobinos eram um bando entre a multidão, e na multidão desorganizada e inerte o bando disposto a tudo, tudo consegue”.

Contra a usurpação no interior, como no exterior contra a conquista, só os governos defendem as nações.

Quando o governo desaparece ou desfalece, a maioria, sempre desprevenida, indecisa e fraca, deixa de ser um organismo, tornando-se poeira”.

A França, desamparada por um governo impotente para refrear os arruaceiros, tornou-se vítima do furor dos jacobinos.

Eles não possuíam idéias orgânicas, mas derramaram muito sangue; não tinham orientação política, mas souberam lutar e vencer; não dispunham de número grande, mas conseguiram impor-se.

Que lição para nós, que lição para os poderes federais!

No dia em que o chefe supremo de um partido forte, senhor do governo rio grandense, lançasse o cartel da separação, o povo, desarticulado como está, custaria muito a reagir, e se o centro não fosse enérgico e hábil, o princípio federativo poderia vacilar...

Além disso, por motivos especiais, que nascem de nosso meio e de nossa capacidade belicosa, o perigo será muito maior que alhures se no futuro qualquer faísca, preparada por mão dextra e sorrateira, chegar a mina que já existe, apesar de pequena.

Depois, o povo rio-grandense (devemos dizê-lo em que pese ao nosso bairrismo proverbial), sem ser a parte mais atrasada da federação brasileira, é todavia aquela que se deixa avassalar mais facilmente pela paixão absorvente da politicagem pessoal.

A história dos partidos políticos do Brasil em geral, e a dos principais Estados em particular, não apresentam casos tão significativos de uma tendência personalista como a que existe aqui.

São Paulo, Pernambuco, Bahia, Minas, Pará... terras de onde surgiram tantos vultos eminentes, alguns estadistas de vistas largas, outros agitadores ardentes, não oferecem o triste fenômeno do fanatismo por um homem atingir o ponto máximo, transformando-se em raiva bestialmente mortífera nos campos de batalha.

Ora, podemos compreender sem dificuldade o que não conseguiria de seus correligionários idólatras o político que desejasse, por estas ou aquelas razões, libertar-se dos elos, embora tênues, que subordinam a política estadual aos princípios da organização federal...

E convém notar que uma das armas prediletas dos *mandões* do Rio Grande, desde os tempos monárquicos até hoje, consiste justamente em ameaçar o centro...

Os fatos estão aí, ao alcance de todos, e só os *míopes* do sectarismo não gostam de vê-los.

No futuro... quem poderá responder pelo futuro?

O futuro será o Brasil unido e poderoso, se o Brasil souber prevenir-se; será o Brasil fracionado e miserável, se o Brasil quiser entregar-se de mãos atadas, sem armas, aos faccionários e teoristas.

Mudemos, porém, de ponto de vista; e, deixando a parte possíveis explorações a propósito do assunto que nos preocupa, estudemos a opinião dos apóstolos convictos da *Republica rio-grandense*.

Em todas as épocas, no seio de todas as sociedades, a ação fecunda e moderada dos homens de critério, dos legisladores que seguem o metido calmo da observação e só aplicam medidas e formulam leis de acordo com as necessidades naturais do organismo social e com os corolários bem definidos da evolução, é mais ou menos contrariada pelos planos tumultuários dos motineiros de temperamento ou de profissão, e pelo iluminismo desastrado dos videntes, dos profetas *manquês*, dos sonhadores incorrigíveis e dos dogmáticos emperrados.

Quantos países, quantos! Não têm sofrido as conseqüências infelizes da precipitação e do imprevisto, do absoluto e da utopia, saltando da estrada larga e florida do progresso pacífico para a vida dolorosa da degradação e do servilismo!

Durante a oposição sistemática a tudo o que já existe cancelado pelas tradições ou exigido pelo presente, os agitadores gritam, gemem, deliram, blasfemam...

Se a atualidade parece-lhes negra e miserável, aí está o futuro, visto pelo prisma da ilusão, para encorajá-los.

A quimera que proclamam reveste-se de cores iniadas; e eles, no auge do entusiasmo, cheios de confiança, animados pela fé, cegos e surdos ao que indica naufrágio certo, apelam para o tempo e desenharam o áureo castelo de suas seismas, o edifício ideal de seus devaneios, além, nas fimbrias esbatidas do porvir.

Ingênuos! esperai os anos e, chegados os dias de motim, vinda a fase da anarquia, substituídas as nuvens róseas da esperança por horizonte de tormenta, o credo de luz transformar-se-á em doutrina de fogo, as promessas de grandezas dissipar-se-ão no fumo dos combates, as harmonias sucederão trovões, a perfeição será pequenez e todo o otimismo que doirava as fronteiras e animava os braços, desaparecerá diante do despeito, da ira ou do arrependimento.

Tristíssima situação, em verdade!

É nesses instantes tremendos, que marcam os minutos da agonia no quadrante da história, que os homens e os povos compreendem nitidamente o risco extraordinário das mutações repentinas e sentem, apavorados, a ansiedade do destino.

Então, a imprecação irrompe dos próprios lábios habituados ao hino e ao ditirambo; e se a sociedade não reage contra os diretores incapazes que a conduziram ao cairel do abismo, e contra as instituições que lhe são inadaptáveis, imerge por muito tempo ou para sempre, no lodo da corrupção, afoga-se em sangue, estiola-se na tirania e na baixeza.

Fantasiar uma nova pátria, grande e bela, completa e livre, ou uma pátria reformada por certos moldes, sobre algumas idéias simples, de acordo com um critério pueril, é fácil e deslumbra as imaginações desregradas e mórbidas; mas traduzir em fatos todas essas visões é difícil, amortece os transportes dos mais excitados e lança o desespero na alma dos mais confiantes.

Os visionários olvidam que uma sociedade, especialmente uma sociedade moderna, é, como disse um dos príncipes do publicismo neste século, *uma cousa vasta e complicada*; pensam que para constituir ou dissolver uma nação o homem precisa apenas de vontade; entendem que a política é o reino azul da fantasia.

Mas, iludem-se: os problemas essenciais a economia e a duração de um país jamais serão resolvidos pelas regrinhas de um catecismo absolutista, ou pelos anelos anárquicos de um agrupamento de fanáticos.

Eles, esses problemas tão desprezados pelos empíricos e pedantes, pelos ingênuos e arbitrários, não cesemos de dizê-lo, exigem muita atenção, muito cuidado, muito estudo.

Os espíritos sólidos e moderados, os analistas imparciais e serenos, os críticos desapaixonados e sinceros, os políticos patriotas e puros, os cidadãos conspícuos e calmos devem submetê-los a exame acurado e profundo, agindo com prudência e critério.

O Rio Grande independente está nesse caso.

Se são perigosas as propagandas intempestivas feitas em prol de qualquer alteração política, imagine-se o que não será uma propaganda que vise um alvo mais importante, como a desagregação de uma nacionalidade!

O *Rio Grande independente* é miragem de mil ancenubios, de várias cambiantes, de aspectos fulgentes; mas que só deve ser contemplada a distância, nas orlas cerúleas da poesia...

Se algum dia a caravana desviada e iludida aproximar-se, adeus beleza, adeus magnificências, adeus placidez, adeus cores brilhantes, adeus palácios fantásticos e majestosos!

Seríamos, em vez de um Estado próspero, poderoso e livre, uma republiqueta insignificante, sem importância no concerto das outras nações, sem grande elevação moral, corroída interiormente pelo cancro da anarquia, e exposta exteriormente ao desprezo dos fortes, a ambição dos poderosos, a vingança dos maus e a dependência de todos.

Após muitos anos de lutas, após intraduzíveis sacrifícios, após derramamento de sangue, desperdício de dinheiro e desaproveitamento de bons elementos, após fraudes e violências, talvez fossemos obrigados a procurar o que abandonáramos, voltando como o filho pródigo, ao seio de nossa família: o Brasil federado e irmão.

* ancenúbio termo proposto por Castro Lopes para substituir o francês nuance, matiz, nuança.

III

Nenhuma questão tem sido mais discutida no vasto campo do publicismo hodierno que a do progresso; nenhuma tornou-se alvo de tantas concepções, recebendo análises tão rigorosas e provocando debates tão longos e porfiados.

Pois bem; é em nome de uma pretensa lei da história, ou antes, de uma lei histórica torcida e falsificada, que alguns teóricos do separatismo tentam justificar o desmembramento da pátria brasileira e a futura organização das pátrias americanas.

É interessante deveras a ascendência exercida pelo sectarismo intransigente sobre a ingenuidade dos simples, entes sugestionáveis e crédulos, escravos eternos das fórmulas vãs e das razões capciosas. O Brasil, dizem. Tem na vastidão de seu território e na complexidade de seus elementos um motivo de morte inevitável.

Como os impérios de Alexandre, Carlos Magno e Bonaparte, como a Roma senhora do mundo, como todas as grandes potências coloniais e todas as monarquias muito extensas, a terra de Santa Cruz é uma condenada do progresso, fator de diferenciação, que há de dividi-la fatalmente em vários Estados independentes.

A primeira vista o argumento parece prevalecer; mas, sujeito a exame, vê-se logo que não passa de puro sofisma.

Qual é a tendência da civilização? Qual o ritmo do movimento social?

A resposta a estas perguntas é um desmentido cabal, brilhante, irrespondível, que a história do progresso lança aos juízos levianos e as asserções incompletas dos pregoeiros separatistas.

As raças humanas, em sua passagem milenária pela face da terra, através de todos os acidentes e apesar de todos os obstáculos, preconceitos e lutas, procuram sempre fundir-se como impelidas por ignota força de atração.

Verdade indiscutível, verdade universal!

O instinto de associação, oriundo em parte da necessidade imperiosa de defesa, e desenvolvimento no decorrer dos séculos pela hereditariedade, desde as épocas obscuras da pré-história vem sentinelandando a marcha do homem, em constante campanha contra a natureza e a ferocidade animal.

Foi ele, esse instinto protetor, que formou o *gregário*, depois a horda, depois a tribo, depois a nação.

Chegando a este último resultado, continuou a exercer poderosa influência sobre povos diferentes, aproximando-os mais e mais, não obstante desvios fictícios.

Bem sabemos o que afirma a crítica superficial de certos historiógrafos, que vêem antagonismos, vê apenas a consequência próxima, imediata, e não sabe generalizar.

Habituada a descrever detalhes, circunstâncias isoladas, aspectos solitários, fatos parciais, ela nunca se levanta a visão do conjunto, as perspectivas superiores.

Para nada serva: é um traste sem valor na vasta galeria dos conhecimentos humanos.

O certo é que a nota dominante na história antiga é uma aproximação cada vez maior dos países, tornado-lhes as relações cada vez mais claras.

Ao fim de cada guerra, dizem, o ódio aumenta e irrompem desejos de vingança no seio do povo vencido, desejos de conquista no seio do vencedor. Nestas condições, é impossível qualquer aliança ou fusão.

Raiva, despeito, represálias, separam, nunca vinculam.

Mas não é assim no curso de uma época inteira.

As batalhas tremendas que ensombram o quadro da humanidade naqueles tempos remotos e bárbaros não prejudicam os nossos avanços; porque as próprias armas eram instrumentos inconscientes de adiantamento.

Foi por meio delas que Alexandre realizou a união, mais espiritual que política, do oriente e do ocidente; foi por meio delas que Roma unificou o mundo, impondo-lhe as suas instituições e progressos, e recebendo em troca, para aperfeiçoá-los no imenso laboratório de sua grandeza, crenças e costumes.

Por isso, já disse um historiador:

“Roma deu ao universo o espírito que a animava, e assimilou o espírito do universo”.

Ora, a raiva, o despeito e as represálias dos vencidos de Alexandre não impediram o serviço inestimável que ele prestou a causa da civilização entrelaçando os gênios oriental e ocidental; a raiva, o despeito e as represálias dos inimigos de Roma não impediram que a rainha do Tibre desenrolasse por toda a terra conhecida a rede imensa de sua administração.

Não queremos fazer a apoteose da guerra; não somos entusiasta de Marte.

O nosso fim é dar o traço da marcha ascendente do homem e das sociedades.

Na idade-média, a intensidade do desmembramento feudal parece desmentir a evolução; mas, como muito bem notou Ed. Scherer, aquela dissolução era a gênese de um mundo novo, a complicada e obscura incubação das nacionalidades modernas.

Ali, no fundo daqueles destroços e no adito sombrio daquela ruinação gigânteia, palpitava, em germe, a alma do futuro.

Os últimos séculos apresentam o mesmo fenômeno, mais ou menos encoberto por graves conflitos internacionais.

Quem ousará negar hoje esse vago anelo de cosmopolitismo, que protesta contra as extorções revoltantes que o direito sofre todos os dias?

Quem ousará negar a aspiração elevada de agrupamento, que contrasta com as violências, as contendas e as misérias do egoísmo?

O mundo sofre, é verdade; mas o ideal rebrilha, longe.

Aí estão, para prová-lo, o belo sonho da federação ibérica, o grande sonho da federação latina, o sonho luminoso e puro da federação humana.

Tarde, um dos príncipes do publicismo contemporâneo, provou brilhantemente que este equilíbrio móvel das espécies vivas em uma dada região, a que damos o nome de flora ou de fauna, estabeleceu-se após longas peripécias sangrentas, combates cruentos, alternativas de derrotas e vitórias; e que em todos os tempos e continentes o resultado das guerras e alianças entre os povos, tem sido um equilíbrio móvel de províncias ou de nações, sob a forma de um império e de uma federação pacífica: império egípcio, império romano, império chinês, império peruano, Estados- Unidos.

E poderia argumentar também com a república brasileira.

A nossa educação cívica, cheia de lacunas, e os nossos defeitos de raça precipitada ou inerte, segundo as circunstâncias, produzem o alheamento deplorável em que vivemos esquecidos do mundo culto, e só merecem dos escritores estrangeiros o riso zombeiro do sarcasmo, manifestação afrontosa de desprezo.

Por isso, Tarde citou os impérios chinês e peruano, olvidando o nome do povo *altamente republicano e civilizado* que julga representar o primeiro papel na parte meridional da América...

Seria obra de verdadeiro patriotismo e de profunda piedade, seria trabalho meritório e de intraduzível alcance, uma propaganda feita no sentido de levantar o caráter nacional, seriamente ameaçado de necrose, sem firmeza e sem prestígio.

Continuemos, porém, a examinar a *lei histórica* que autoriza o separatismo.

“Sempre a força biológica na história, isto é, a ação étnica representada pelo sangue e pela língua, foi-se tornando o centro de atração dos grandes focos nacionais. Assim foi por toda parte.

* adito - compartimento reservado.

Os antigos reinos e estados ibéricos se transformaram na Espanha; os antigos condados e reinos que ocupavam o velho solo da Gália produziram a França; a antiga heptarquia anglo-saxônica produziu a Inglaterra; as províncias unidas produziram a Holanda.

Onde está em tudo isso a razão do desmembramento brasileiro?

Comparar-se o Brasil aos impérios de Alexandre, de Carlos Magno e de Napoleão denota falta de critério.

Os conquistadores reúnem povos diferentes, separados por qualidades étnicas e tradições opostas; não fundam pátrias.

Mortos ou afastados do trono pelas eventualidades da política, os países que eles haviam domado voltam a ser naturalmente o que eram anteriormente a dominação, se um pulso forte não aparece.

Quem diz pátria, não diz criação arbitrária de um guerreiro; a noção de pátria é muito mais ampla, a origem da pátria muito mais complicada, a vida da pátria muito mais duradoura.

O Brasil, como veremos no próximo capítulo, já tem uma certa unidade étnica, uma espécie de alma coletiva, pairando sobre tradições próprias, amassadas em lágrimas, sangue e heroísmo.

A dissolução dele não será, conseguintemente, igual a dissolução dos impérios formados pela espada, e livres depois que a espada tomba.

IV

O rosário de causas supositícias de que dispõe o separatismo é muito longo e vai além da lei histórica que analisamos no capítulo anterior.

Desfiemos algumas das contas que o constituem.

Eí-las: a nossa história original, o nosso meio a parte a modificação gradual dos núcleos de população pela influência de novas correntes imigratórias.

A nossa história original...

Detenhamo-nos aqui; o ponto é interessante e confina com a parte mais engraçada da psicologia separatista: aquela em que o bairrismo, como ponto de vista social, e a ingenuidade, como ponto de vista histórico, combinam-se melhor, embelezando a paisagem, doirada já pelos raios da utopia e pela centelha do entusiasmo...

Não há fenômeno mais perigoso, tanto na existência individual como na vida dos povos, que a ilusão da força.

É a ilusão da força que perde as nações orgulhosas e sugestionáveis pelos triunfos felizes; é ela que derrota muitas vezes os países que têm um belo passado, semeado de monumentos de glória, e fazem desses monumentos a única muralha contra o inimigo.

No Rio Grande há uma versão histórica que devemos destruir para nosso bem futuro.

A grandeza de um Estado não consiste em adulterar fatos pretéritos; o verdadeiro patriotismo não é aquele que inventa lendas.

Muita gente pensa que o Rio Grande de nada ou pouco deve ao Brasil; que a terra dos gaúchos é obra exclusiva dos gaúchos; que a *pátria sulina* sempre existiu abandonada do centro, entregue unicamente ao valor de seus filhos e até perseguida pela inveja e pelo ódio dos habitantes do norte.

Não há negá-lo: essa opinião existe.

Foram as legiões gaúchas, dizem, que varreram dos pampas o pendão espanhol; foram elas que suportaram 70 anos de luta em prol da integridade nacional; elas que mais tarde, sob o comando dos heróis *farrapos*, protestaram contra as corrupções do império e sacrificaram-se pela república; são e serão sempre elas a guarda avançada do Brasil, a coluna forte da Pátria, que sabe, aliás, olvidá-las, abandoná-las, desprezá-las, nos momentos de paz, quando o horizonte apresenta-se calmo.

Por outro lado, o Rio Grande desenvolveu-se por si, sem auxílios, sem proteção; o governo imperial procurou por todos os modos conservá-lo na triste e baixa situação de *burgo-podre*, e ainda, hoje certos estadistas republicanos desejam o mesmo...

O fato deplorável de soldados nortistas empunharem armas contra as aspirações que nos eram mais caras, cavou perigosíssimo abismo entre sul e norte.

As lanças do gaúcho encontram sempre a baioneta dos baianos, e esse constante antagonismo, tão fatal outrora, poderá sê-lo ainda mais no futuro.

Por essas e outras razões, viva o *Rio Grande independente*!

Mas, senhores, raciocinemos com seriedade.

O prisma, da prevenção é o mais falso errôneo de todos; os preconceitos de campanário são os mais ridículos que podem existir em um meio culto e em um século como o atual...

Devemos trabalhar, sim, pela grandeza de nosso Rio Grande; devemos estimular-lhe a atividade; devemos encorajá-lo e estudá-lo.

Empregar mil esforços na tarefa nobilitante de erguer tanto quanto é possível o nível moral e intelectual do Estado, é louvável, grande, santo; mas cultivar odiosidades e discórdias por ciúme ou despeito, é obra imensamente censurável.

Ser patriota não significa ser amante de tempestades, porém, combatê-las em proveito da unidade, da força e do poder pátrios.

Estudemos o Brasil no condicionalismo de sua história; observemos o que sucedeu na origem de sua organização social; recorramos aos acontecimentos que se desdobraram nos últimos tempos; e esse agastamento irrazoável que lavra em algumas consciências desaparecerá de vez.

A história brasileira, bem analisada, revela na administração e defesa de outros Estados erros e defeitos quase idênticos aos que afligiram o Rio Grande nas épocas coloniais e nos tempos do império.

Desde as capitanias nota-se a irregularidade extrema da política dos governos no vasto corpo do país.

Nem unidade de vistas, nem unidade de ação.

O Brasil-colônia foi um mártir da desorientação lusitana.

Mais tarde, o império procedeu quase da mesma forma.

Não houve, pois, um plano especial de guerra ao Rio Grande.

Os pernambucanos, por exemplo, não foram obrigados a combater sozinhos o holandês invasor?

Muitas sedições não foram também sufocadas em vários pontos do norte e do centro?

O Rio Grande tem sofrido mais em virtude de sua índole belicosa e de sua posição de fronteira; não por causa do ódio sistemático que lhe votem...

A presença de nortistas em nossos campos de batalha, como a presença de rio-grandenses nas lutas que abalaram o norte, como a presença de brasileiros de todos os Estados na repressão de levantes de qualquer Estado, não é argumento apresentável para provar-se que há um abismo entre o sul e o norte.

Apontai uma nação cujos filhos nunca arvoraram estandarte sedicioso, morrendo e matando por ele!

Nenhuma, e nenhuma também desmembrou-se em consequência de uma simples luta entre cidadãos, membros da mesma família nacional.

Nos Estados-Unidos o separatismo agitou a opinião e quis realizar-se cirurgicamente, por meio das armas; mas esse *desideratum* dos escravocratas do Sul esbarrou na vontade impassível e na orientação elevada dos verdadeiros patriotas.

Após cruentíssima campanha, triunfou brilhante e definitivamente o princípio da União, e hoje, apesar do sangue derramado, todos marcham aliados pela estrada larga do progresso, a sombra da lei.

Também lá existem rivalidades entre certas zonas; mas essa emulação redundava em benefícios para a coletividade.

Demais, prosseguindo em nossa análise local, podemos declarar com desassombro e satisfação, que o *exército brasileiro* possui tradições honrosíssimas, que alicerceiam a solidariedade do norte e do sul.

Quantas vezes o rio-grandense e o nortista caíram de joelhos diante da mesma bandeira, em dias de entusiasmo, nos tempos de paz? Quantas vezes o mesmo hino, imortal e vibrante, já venceu a metralha inimiga, nos campos da glória, com a coragem de *nossos soldados*?

Respondam todas as nossas guerras externas.

E porque esse desejo de desmembramento, se é verdade que nascemos juntos, falamos a mesma língua, temos vivido sob as mesmas leis, estamos ligados por interesses recíprocos, sentimos o alento do mesmo entusiasmo, tombamos ao peso do mesmo desânimo, na conquista da liberdade, no combate do direito, na marcha do progresso?

Não teremos acaso uma psicologia comum?

O Sete de Setembro não faz palpar o coração popular de norte a sul, de leste a oeste? o Treze de Maio não foi uma vitória de todos? o Quinze de Novembro não pé comemorado aqui e além, na vastidão do pampa, como nos planaltos mineiros, como as margens do Amazonas, como na Capital Federal?

Não é certo que a nossa evolução política tem sido una? que na fase do liberalismo monárquico, avançamos sempre unidos, de conquista em conquista? que as reformas triunfantes por iniciativa de representantes de outras províncias refletiam-se sobre nós, e vice-versa?

Sabemos perfeitamente que a administração republicana reduziu esta Pátria a condição tristíssima de um povo de parias: exausto, descrente de qualquer esforço público, afastado das nobres funções da vida jurídica, cético em relação a tudo o que é nacional, resignado ao servilismo e a anarquia.

Mas a fase que atravessamos é de transição; os males presentes serão vencidos; e o sentimento nacionalista há de ressurgir, invalecido, forte, fecundo.

É necessário, entretanto, opugnar desde já essa aspiração anárquica do desmembramento nacional.

E passemos agora a examinar as afirmações daqueles que tentam justificá-la jogando com a influência do meio físico, do *habitat*.

O Rio Grande, dizem, é dotado de uma natureza diferente da que alimenta e impressiona o nortista.

Natureza a parte, gênero de vida a parte, organização a parte: o Rio Grande não pode escapar a regra.

Ora vejamos que fundo de verdade há em tudo isso.

A teoria da influência climatológica, isolada, levada ao absoluto, é inteiramente estéril: nada prova e nada aclara.

Os excessos de seus entusiastas no Brasil, esse prurido de tudo explicar pela ação do clima, essa mania de tudo reduzir aos aspectos objectivos, são documentos irrecusáveis da superficialidade nacional quando algum problema importante e difícil impõe-se ao estudo e a meditação de nossos publicistas.

As leis que regem a marcha das sociedades não podem ser sintetizadas em uma única teoria.

Existem muitos fatores históricos; agentes sociais diversos e consideráveis.

Além de tudo, a ação do *habitat* tem sido imensamente exagerada na determinação do caráter popular de vários países, especialmente modernos.

* invalecido - forte, valoroso

O meio exerce influência, ninguém ousará negá-lo; mas, sendo ele um agente primordial para formação primitiva das raças e para a explicação das civilizações autóctones, nas civilizações transplantadas, sobre povos que imigraram já de posse de suas qualidades históricas, o meio físico, sendo um fator ainda muito importante, não é, como tudo, o principal.

Temos disto provas por toda a parte. *Que é que mantém a diversidade entre os povos que na Europa ocupam a mesma zona e o mesmo clima há muitos séculos? Será o meio idêntico entre muitos deles? Evidentemente são as suas qualidades étnicas e as suas tradições históricas.*

Que é que estabelece a distância na América entre as nações que experimentam quase o mesmo clima?

São ainda as diversidades de raça e de tendências morais e intelectuais.

Os meios eram tudo para a humanidade primitiva e pré-histórica.

Uma vez estabelecidas as raças históricas, uma vez entrados, como estamos, nos tempos atuais, os povos não são mais um joguete dos climas.

Há uma muralha que representa muitos milênios de luta em que a humanidade adquiriu todas as qualidades que hoje a distinguem. Os climas passaram para o segundo plano e os agentes étnicos, fisiológicos e morais tomaram-lhe a dianteira.

Durante muitos milênios ele, o clima, pode formar as raças pré-históricas.

Mas a sua ação é tão lenta, que não se deixa notar nitidamente nas civilizações modernas.

Duvido que haja um antropologista capaz de determinar com segurança quais as transformações experimentadas nos últimos dois mil anos pelas populações da Europa, transformações produzidas pelo clima”.

Muito bem; o problema fundamental das pátrias modernas é um problema etnológico.

O *meio* do Estado Oriental é mais semelhante ao nosso que este ao *meio* nortists (faamos a linguagem separatista...)

Entretanto, qual é a razão da atitude hostil que assumimos de velha data em face do Prata?

Meios semelhantes...

E qual é a razão da ira que se apodera de todos nós quando o telégrafo anuncia que o Amapá foi invadido, ou uma de nossas ilhas perdidas nas costas do norte, sofre a humilhação da bandeira inglesa?

Meios diversos...

Os Estados-Unidos, país de cuja história e organização política os brasileiros tanto gostam de citar exemplos, oferecem também grande variedade de climas e de aspectos naturais.

Entretanto, ninguém cuida de dividi-los em dezenas de republiquetas, só porque em alguns pontos o frio é mais intenso que em outros, e os espetáculos que se desenrolam na zona oriental não são completamente iguais aos da zona ocidental ou central.

São argumentos demasiado simples, esses.

Quem aceitar a influência decisiva e irreduzível do *habitat*, será obrigado não somente a defender o desmembramento do Brasil, mas também o desmembramento do Rio Grande.

E desse modo, teríamos a *Pátria serrana*, compreendendo as cidades e campos de Cima da Serra, a *Pátria oceânica* constituída pelas populações das margens do Atlântico e dos grandes lagos que possuímos...

Nada mais justo...

Já estamos vendo o esquadrão separatista levantar acampamento, para plantar tenda em outro terreno.

Experimentemos se aí a resistência é maior.

Os partidários da República Rio-grandense poderão, em desespero de causa, apelar justamente para a questão etnológica, exclamando que essa vai ser o principal motivo da dissolução brasileira.

O Brasil não tem um povo constituído, é uma nacionalidade em gênese, amalgamada de várias raças que ainda não se fundiram de todo, psicologicamente.

Em alguns estados do sul, existem grandes núcleos coloniais a parte, sem a menor afinidade com o resto do país.

São populações sóbrias, trabalhadoras, fortes, falando idiomas diversos, atraídas sempre pela civilização da Pátria distante, cujas qualidades conservam, cujos adiantos procuram assimilar, cujas tradições e costumes nunca olvidam.

Italianos, alemães e outros estrangeiros modificarão fatalmente a massa dos habitantes do Sul, imprimindo-lhes no caráter certos predicados opostos aos que o mestiçamento luso-afro-tupi produziu ao norte.

É verdade em parte não nas conclusões exageradas a que desejam chegar.

Ainda aqui, neste último entricheiramento teórico, os separatistas não poderão manter posição durante muito tempo.

As novas correntes imigratórias, canalizadas no sul da República, em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio-Grande, vão exercer poderosa influência no futuro de nossa Pátria, mas essa influência jamais determinará o desmembramento nacional.

As raças postas em contato dentro das fronteiras de uma nação e submetidas ao mesmo regime constitucional, a mesma regulamentação jurídica, as mesmas necessidades de defesa, aos mesmos reclamos de ordem, as mesmas exigências do progresso, tendem a fusão, nunca ao divórcio e separação.

Se as primeiras gerações nutrem desconfianças mútuas, possuem variedades étnicas e ostentam nuances próprias, as gerações que se sucedem vão pouco a pouco aproximando-se, entrelaçando interesses, aliando-se para a luta, fundindo-se pelo cruzamento e pela vida em comum na mesma sociedade, sob as mesmas leis.

É um fenômeno muito conhecido, um resultado naturalíssimo no evoluer de todas as nações, uma espécie de osmose étnica e psíquica facilmente observável no curso da história.

A existência de raças puras é fabula, facelar-se unicamente por causa de seu problema social consistir na mestiçagem.

O Brasil não está condenado a esfacelar-se unicamente por causa de seu problema social consistir na mestiçagem.

Apesar de ainda estar agremiando elementos de origens diversas, o Brasil já tem como que um modo geral de sentir, de pensar e de agir, que não engana aos investigadores de psicologia popular.

Mais alguns passos, e a nossa Pátria, utilizando todos oscilantes e esparsos, afirmará brilhantemente uma alma coletiva, capaz do belo e do grande, uma consciência voltada para as nobres interrogações do século, uma civilização prometedora e prenhe de conquistas.

Os imigrantes que povoam os nossos campos irão se agregando pouco a pouco ao sentir nacional.

Solo comum, proteção judiciária comum, conveniências comuns, comuns aspirações de adiantamento e força, de riqueza e bem-estar, tudo isso concorrerá para apertar os laços de união entre brasileiros e estrangeiros.

Há pouco, um escritor alemão que percorreu a nossa zona colonial germânica afirmou em páginas de memórias haver notado já certa mudança nos hábitos dos descendentes da loura nação Reno.

E, a propósito, descreveu o tipo de um rapazinho de origem alemã, que lhe apareceu envolto em comprido *poncho* decidido de um filho dos pampas.

Não ignoramos que esse fato é isolado no presente: as colônias alemãs conservam ainda muitas usanças e costumes da mãe-pátria.

Mas o referido escritor, citando o que observara, quis apenas provar a reductibilidade da raça para aqui imigrada.

Demais, o Rio-Grande já resolveu o grave, o importante, o transcendente problema da pequena propriedade, que tão de perto afeta a questão econômica, essencial na vida de um povo.

Onde massas enormes de proletários estrangeiros, alterosas vagas humanas, movem-se ao acaso, oscilam a mercê de circunstâncias do momento, sem estabilidade e sem confiança, o despeito, o ódio e as contendas nacionalistas abalam sempre a atmosfera social.

De um paria, errando continuamente em busca de um pouco de trabalho, a um munícipe, interessado pela solução feliz dos assuntos locais, vai extraordinária distância.

Qualquer excesso de população adventícia pode produzir, no fim de algum tempos, a absorção do elemento indígena.

Quando, porém, e este é o nosso caso, o colono arraiga em solo que lhe é próprio, e que ele cultiva dia-a-dia, a sua alma, as suas esperanças, os seus projetos e o seu futuro; quando ele, pesaroso e desanimado, abandona as terras natais, onde morreria a minguia se permanecesse, e encontra na nova pátria asilo tranqüilo e feliz; os preconceitos de campanário dissipam-se gradualmente, lentamente, substituídos a pouco e pouco pelo sentimento geral da coletividade a que pertence.

Ao cabo de algumas gerações, a identificação com os naturais é quase completa; após um ou dois séculos de coexistência, as modalidades étnicas diluem-se no organismo social, avigorado por elas.

Por isso, ao passo que espíritos eminentes, como o dr. Silvio Romero, escrevem com mão trêmula acerca deste assunto, enegrecendo o futuro com mil desconfiças, nós meditamos com serenidade sobre a elaboração da nacionalidade brasileira.

Nenhuma nação é extreme de populações variadas.

“ A antropologia, escreve E. Hennequin, demonstrou que desde as épocas mais remotas tem havido uma grande mistura de raças, uma reunião de tipos diversos.

Egípcios, Assírios, Hebreus, Fenícios, Helenos, Latinos, Arias da Índia, Tramianos, os próprios Chineses e as populações pré-históricas do norte da Europa assimilaram no curso do tempo, por meio de conquistas e de contínuas migrações, numerosos elementos étnicos, sofrendo a influência até de tribos autóctones que conseguiram submeter.

O exame de crâneos, de múmias, de ossaturas; de monumentos iconográficos antiqüíssimos, mostra que em cada grupo social, desde a mais alta antiguidade, existem tipos somatológicos bem distintos que se perpetuam e se cruzam de modo a perdurarem, multiplicando-se.

Até a Inglaterra, cuja posição insular deveria ser uma barreira às invasões, apresenta um número considerável de raças diferentes.

Spencer enumerou-as sumariamente no capítulo da *Descriptive sociology* consagrado a esse país.

Citou os bretões constituindo dois tipos etnológicos diferenciados pela cabeleira e pela forma craneana; colonos romanos em número desconhecido; multidão de anglos, habitantes da Jutlandia, Saxões, Kimris, Dinamarqueses e mais alguns, entre os quais convém nomear os Normandos que, segundo Thierry, compunham-se por sua vez de elementos étnicos dominantes no oeste da França”.

Não é necessário ir mais longe.

Os exemplos que aí ficam, bastam para desfazer quaisquer dúvidas sobre o separatismo, na parte da etnologia.

A conclusão inevitável dos capítulos precedentes é a completa vacuidade dos argumentos separatistas: - o Brasil não se dissolverá em virtude de uma lei histórica, por causa do progresso, em consequência de mal originário.

Pouco importa que o fanatismo esbraveje: essa é a verdade iniludível e comprovada por fatos de toda ordem.

O separatismo não pode ser incluído na classe dos fenômenos sociais que surgem naturalmente, produzidos pelo trabalho incosciente da história, que abrolham espontâneos do evoluer humano; fenômenos incoercíveis e certos, que segundo a observação profunda de Guillaume de Greef, independem da vontade individual ou coletiva, como o movimento dos corpos no mundo físico, como as expansões da vida no mundo orgânico, como a gênese do pensar no mundo psíquico.

O separatismo, como vimos, não pertence a esse número, e só poderá realizar-se por meios violentos, apoiado no tumulto e na revolta.

Existem por aí politiqueiros ambiciosos e convulsionários que proclamam a surdina, sorrateiramente, a necessidade urgente de se libertar o Rio Grande da escravidão do centro, que, segundo afirmam, procura haurir os nossos recursos, anulando a nossa influência.

Não é fantasia: em viagens feitas através da campanha rio-grandense, entregue hoje aos desmandos da politicagem, e em acontecimentos ocorridos na própria Capital, notamos com pesar, com tristeza patriótica, a propaganda dissimulada que tenta ferir no coração este mísero país, digno de melhor sorte...

Sabemos que a nossa franqueza vai levantar irracundo protesto, e quiçá a voz da injustiça.

Quid prodest?

Escrevendo este panfleto, procuramos fazer um trabalho *brasileiro*, e não *partidário*.

Nas linhas que o compõem não há o menor traço de política, epidemia, que devasta de velha data este canto da América.

O sentimento de Pátria, sim, palpita em todas as páginas dele.

Por isso especialmente a paixão facciosa nada poderá contra ele.

As negações do patriotismo não devem ser discutidas a luz serena da razão: merecem o castigo do desprezo e o estigma da vergonha.

Pouco diremos, pois, da tentativa criminosa de desmembrar o Brasil unicamente por intuítos mal velados de estreita ambição política.

O regime federativo, a mais necessária e esplêndida conquista que o nosso povo fez nos últimos tempos, garante a todos os Estados amplíssima autonomia, e indiscutível poder de ação em qualquer esfera de desenvolvimento próprio.

Torna-se impossível, conseguintemente, na órbita legal, a *tiranía* do centro.

Tudo o que disserem em contrário será exploração.

Se o temem é uma intervenção ilegal do governo da República, já deveriam ter separado o Rio Grande na época de nossa história marcada mais fundamente pelo desrespeito ao princípio federativo...

A duração da vida das sociedades, diz a Sociologia, está na razão direta da organização delas.

A organização federal há de garantir vida longa a Pátria Brasileira.

VI

Um dos problemas que devem merecer profundas cogitações, na órbita política, é incontestavelmente o da defesa nacional contra possíveis ataques estrangeiros.

O direito internacional acha-se ainda em nebulosa, e como disse o grande jurista Tobias Barreto, o canhão tem sido até hoje o tribunal supremo, a que os povos recorrem sempre que há entre eles choque de ambições.

Há, ninguém ousará negá-lo, uma pobre aspiração de paz e de justiça no mundo moderno; mas ela não impediu o bárbaro assassino da Polônia e outros fatos que feriram no coração a países fracos, desprotegidos e imbeles.

Na atualidade, observamos com tristeza o sevicar de Cuba pela decadente e cruel Espanha, que só pode viver por meio de um vergonhoso parasitismo...

A Grécia, convertendo a tradição das velhas Termópilas, em novas Termópilas da civilização cristã, procurou reagir contra o turco, reconquistando para o regime da liberdade populações inteiras, brutalmente escravizadas e exploradas.

Que aconteceu?

A força das tradições falhou; a nobreza indiscutível da causa não venceu o baixo utilitarismo dos governos europeus; e a velha pátria gloriosa das artes, em cujo solo o gênio de um povo admirável levantou ao espírito do progresso o mais belo templo da antiguidade; e a Pátria imortal de Péricles; abandonada de todos, sofreu a maior das derrotas.

O celeberrimo equilíbrio da Europa mantido hipocritamente para dissimular a ambição insaciável de algumas potências, prova de modo indiscutível que neste século o arbitramento só é possível quando os litigantes contam com poderosos exércitos e numerosas esquadras.

Então, sim o receio de um choque, o temor de uma guerra fatal a ambas as partes e a prudência oriunda do egoísmo concorrem para esses apelos feitos a autoridade de outro país.

Mas, quando uma Inglaterra, faminta de ouro e coberta de ferro, procura devorar um Portugal moribundo, sem dinheiro e sem baionetas, sem crédito no mundo financeiro e sem amparo no mundo político, nenhuma arbitragem serve, nenhum tribunal de paz resolve.

A infâmia do mais forte prevalece sobre os direitos do mais fraco.

Há academias que doutrinam; há corações que sentem; há cérebros que pensam; mas na fria insensibilidade que domina universalmente, atingindo a maioria dos corações, e na repressão sistemática dos pensamentos adiantados que é aplicada por

todos os potentados, esterilizando a maioria dos cérebros, somente os exploradores armados triunfam e somente os triunfadores injustos têm razão...

O ministério da guerra: eis o metro da civilização nos dias que correm.

É triste, é negro, é vergonhosos; ofende os sonhos mais doirados do idealismo; desmente as afirmações mais belas da razão; desmoraliza completamente o princípio de humanidade!

É real, entretanto.

Uma nação que confia nos seus direitos, em vez de confiar nos seus marinheiros e soldados, diz Spencer Wilkinson, engana-se a si mesma, e prepara a sua própria queda”.

Que triste não será a condição de um pequeno povo que vegeta pobremente no meio de estados poderoso! Exclama Latino Coelho. Restar-lhe-á por escudo a razão e a justiça. Terá a defendê-lo o direito internacional.

Frouxíssima defesa na verdade.

A justiça não é nada, sem um tribunal e juízes, que austera e imparcial a administrem; sem a força, que torne executórias as decisões judiciais.

Onde está, porém, o código de leis, que obrigue as nações poderosas a respeitar as mais fracas e decadentes? Onde o supremo tribunal, que o aplique? Onde o braço, que force os potentados ambiciosos e violentos a submeter-se a lei e a justiça?

Apesar de todas as maravilhosas invenções, com que a ciência tem contribuído a apertar os vínculos da fraternidade humana, a despeito de todas as instituições internacionais que tornaram menos vivas as cores sinistras, com que se debuxam no mapa as fronteiras dos Estados, ainda a guerra latente, encoberta nesta ruinosa hipocrisia, que se chama a *paz armada* é a condição habitual nas relações das potências européias.

Cada povo para viver seguro da independência e precavido contra a insolência de um poderoso, tem de consumir esterilmente em armamentos colossais o que há de melhor na sua riqueza, de mais fecundo no seu labor industrial”.

É esse o estado do mundo hodierno, cheio de vacilações e incertezas, marcado por uma aspiração indigna e desumana de vitória incondicional.

Ai dos vencidos, ai dos fracos, ai dos pequenos!

A América oferece o mesmo espetáculo que se observa na Europa.

Quem ignora a ambição desenfreada dos Estados-Unidos do Norte, essa ambição que já golpeou o México, que ameaça a América Central, que odeia o Brasil, que protege Cuba para mais tarde explorá-la a vontade, e que, disfarça sob a alva roupagem do *monroísmo*, constituiu-se o maior perigo do Novo Continente?

Quem ignora as tendências absorventes da soberba e pretensiosa República Argentina, cujo *desideratum*, provado por inúmeros fatos, é a unificação do Prata e a sua preponderância sobre os povos neo-hispânicos, com exceção do Chile?

Não queremos passar pelo publicismo rio-grandense como um profeta de guerra e desastres; mas é indiscutível o contentamento dos Argentinos quando descobrem em nossa vida política sintomas de separatismo.

Ainda há pouco, a imprensa de Buenos Aires transmitiu parabéns ao Brasil pelo fracasso de planos de *independência*, urgidos aqui.

Esse fato, em definitiva, significou uma apresentação de pêssames ao futuro do Prata...

Rui Barbosa, essa glória americana, esse eminentíssimo propugnador da justiça e da civilização em nossa pátria, disse muito bem: *Há quem afirme que a solução do problema da América depende da dissolução do Brasil...*

E não data de hoje a simpatia que os nossos caros e amáveis vizinhos costumam manifestar à cerca deste assunto: ela é bem velha e tem acompanhado sempre a nossa história.

A grandeza da Terra de Santa Cruz é um pesadelo que lhes povoa de temores e desconfianças a mente sonhadora...

Se o separatismo conseguisse quebrar a unidade da organização federal, a vitória só a eles seria útil.

Fracionado o país vasto e rico que possui melhores elementos para representar condignamente o espírito americano as vistas do mundo, a República Argentina, cuja diplomacia trabalha com astúcia em complicada obra de absorção continental, poderia atingir o seu objetivo sem grande dificuldade.

Já sabemos que vamos passar por visionário; mas isso não destruíra as nossas afirmações.

A Argentina procura aproximar-se do Paraguai e da Bolívia; no Brasil existem pessoas que desejam desmembrar a pátria: o paralelo está feito...

Demais, aqueles que argumentam com as tradições gaúchas em favor do separatismo, porque essas tradições pertencem exclusivamente ao Rio Grande, que soube conquistá-lo sozinho, na solidão dos pampas, devem concordar que elas nasceram em parte das lutas com espanhóis, durante anos e anos, e que por conseguinte, serão sempre um motivo de lutas com os descendentes dos espanhóis, desde que surja qualquer conflito com eles.

Os antagonismos da história não se dissipam com amabilidades fingidas...

As vezes julgam-nos desvanecidos e um simples fato vem provar que eles ainda existem.

A guerra é a maior das torpezas, a mais ninguém, que deseje servir eficazmente o seu país, poderá desprezar os problemas que lhe são relativos.

E uma guerra com o Prata é, em que pese aos otimistas da paz americana, uma cousa muito possível.

“ A oliveira, diz um publicista, só floresce em costas bem guarnecidas”.

Ora, poderá o Rio Grande manter-se soberano entre tantos ambiciosos, conservar-se autônomo entre tantos pretendentes, viver com independência real entre tantos adversários?

Terá ele em suas rendas o necessário para arcar com todas as despesas de organização interna, e com as prováveis despesas extraordinárias de uma política externa que não queira sujeitar-se a humilhações e ameaças?

Será, finalmente, capaz de manter-se com brilho e dignidade na esfera superior ocupada pelas principais nações americanas?

Não!

O Rio Grande seria uma republiqueta de terceira ou quarta ordem.

Não costumamos encobrir o nosso modo de penar; a hipocrisia e a perfídia nunca assignalaram os nossos escritos.

O Rio Grande tem rendimentos suficientes para a *vida livre*; não o negamos; mas o Rio Grande *não poderia* resistir, em circunstâncias anormais, aos resultados de sua imprevidência, separando-se do Brasil.

Se a questão é de possuir meia dúzia de vinténs, para ocorrer as necessidades essenciais da vida autônoma, então citemos a *republica* da Libéria na África, como um *símile*...

Há muita diferença entre a riqueza de um Estado no seio de uma federação, e a riqueza desse Estado constituído independentemente.

Em uma federação, como a brasileira, os Estados são solidários nas crises supremas que afetam a vida de cada um; a mesma bandeira protege a todos; o mesmo sentimento de honra estimula a todos; a mesma necessidade de garantia a todos congrega.

A prosperidade de cada ponto, onde há plena liberdade de desenvolvimento, onde a vida local não tem peias, encontra, todavia, nos momentos de perigo, nas horas agitadas, a proteção salvadora do centro, representante da pátria, em seus interesses máximos.

O argumento daqueles que dizem: - Temos um bonito saldo, separemo-nos-nada vale, porquanto as rendas e o saldo de um estado que se separa não compensam a

perda dos recursos extraordinários, com que ele contaria nos instantes críticos e anormais, se continuasse unido e federado.

Mas... os separatistas raciocinam mal...

Para eles não existe profilaxia política: a grandeza e a salvação de um povo dependem de algumas frases alinhavadas com pedantismo e jeito...

Sirvam para exemplo os srs. Martim Francisco, em São Paulo, e Alfredo Varella, entre nós.

O primeiro ainda não apresentou uma idéia aproveitável em prol da separação paulista; o segundo acaba de publicar uma obra sobre o Rio Grande, com intuítos visivelmente separatistas, mas escrita com a tinta vermelha do fanatismo político.

Ora, que argumentos emprega o sr. Varella para provar que o Rio Grande separado, atingiria a plenitude da felicidade e da força?

O nosso valor tradicional e “possíveis receitas” (sic) magníficas...

Entretanto, se não existirem outros motivos para o desmembramento do Brasil em geral, e para a separação do Rio Grande em particular, não serão certamente a opulência desta ou daquela região, a feracidade desta ou daquela zona e o adiantamento de tal ou qual Estado as únicas causas desse resultados que todos devem temer.

Tudo isso – adiantamento, feracidade e opulência – longe de acarretar a ruína e a morte desta pátria, como querem alguns obcecados, concorrerá para a grandeza dela.

Deixemo-nos de exclusivismos ridículos e de teorias atoleimadas, que só nos podem desacreditar.

O Rio Grande está atrasado intelectualmente, possui uma indústria incipiente, uma lavoura ainda pequena e um comércio pouco extenso.

Em compensação, tudo tende a desenvolver-se e aumentar no seio de uma natureza rica e fértil.

Pois bem; trabalhem com pertinência, estudemos com ardor, lutemos com denodo, para que o nosso querido Estado seja tão poderoso e próspero na Federação Brasileira, como é nobre e heróico nas páginas da história!

Só desse modo procederemos como patriotas.

VII

Falamos nos antagonismos que existem entre nós e o Prata, antagonismos de raça, agravados por longos decênios de pelejar insano, antagonismos de interesses, antagonismos de aspirações.

Entretanto, há alguns separatistas que desejam a união do Rio Grande e do Estado Oriental!!

Só a necessidade inauferível de estudar e refutar todos os pontos deste assunto, poderia impelir-nos a discussão de uma aliança tão incoerente quanto criminosa!

Separa-se o Rio Grande do Brasil para agregá-lo ao Uruguai!

Mas por quê?

Haverá um fato que justifique, um princípio que autorize, uma vantagem que desculpe semelhante desejo de realizar um crime de lesa – pátria?

Não; e para a demonstração em contrário ser completa e irrespondível, bastará um pouco de lógica.

Os partidários de nossa *fusão* com os orientais devem provar, antes de tudo, o caráter necessário e fatal do desmembramento brasileiro.

Sem isso, nada conseguirão.

Se o Rio Grande não tem motivos para separar-se do Brasil, é claro que só por um requinte de fantasia desregrada, poderemos ideá-lo formando uma nova pátria com o Estado Oriental.

As nações são castelos de cartas, que um sopro desmancha...

A gênese de uma nacionalidade, gênese complicada e obscura, não pode ser resolvida e determinada pela vontade deste ou daquele homem, de tal ou qual partido.

Assim, pois no caso corrente, os partidários da idéia que combatemos devem justificar:

- a- O desmembramento do Brasil;
- b- Desmembrado o Brasil, a conveniência de nossa junção ao Uruguai, em vez de constituirmos um Estado independente.

Para longe os devaneios; para longe o dogmatismo.

Precisamos de provas, de raciocínios, de argumentos.

Se os separatistas fugirem a discussão de princípios, não passarão de simples motineiros.

Ora, quem quiser demonstrar a *fatalidade* e a *necessidade* da dissolução nacional, será obrigado, forçosamente, iniludivelmente, a apoiar as suas opiniões em algum dos argumentos que já discutimos e refutamos nos capítulos precedentes: uma lei histórica, impedindo a formação das grandes pátrias, a teoria do meio físico e social, história original e heterogeneidade de habitantes.

Dando de barato que tudo isso concorra para desagregar o Brasil e individuar o Rio Grande, chegamos as seguintes conclusões: a terra de Bento Gonçalves jamais poderá aproximar-se do Estado Oriental, *por causa de uma lei histórico, de um meio social diverso, de oposições históricas acentuadas e de notáveis variantes étnicas*.

Sim; a arma é bilaminada e de golpe certo...

O Rio Grande, separado da Federação Brasileira por uma lei da história que divide as grandes pátrias em muitas pátrias pequenas, integrar-se-á a parte, sem a colaboração do Estado Oriental.

O Rio Grande separado em virtude de seu meio social, diverso do meio nortista, tenderá sempre a afastar-se do Uruguai, cujo meio social é ainda mais diverso.

O Rio Grande separado em consequência de tradições próprias, diferentes em parte e em parte opostas as tradições do norte, nunca poderá aproximar-se dos orientais, cujo lendário versa sobre lutas, glórias e desastres que não nos pertencem.

O Rio Grande separado do Brasil em consequência de seus elementos étnicos, não poderá identificar-se de chofre com os elementos étnicos da vizinha Republica.

É isto.

O separatismo, fora do terreno da violência revolucionária, é *obrigado* a jogar com essa argumentação, e, fazendo-o, esmaga também qualquer tentativa de aliança com o Prata...

Recordemos o belo e profundo pensamento de Castelar que honra a primeira página deste opúsculo: uma nação não é só um agrupamento de indivíduos; é um grande corpo e um verdadeiro espírito.

Desenvolve-se, pensa, sente e age sob a ação de leis naturais, que não devem ser contrariadas.

A história apresenta inúmeros fatos de anexações irreflectidas que tiveram efeitos desastrosos.

Mas...estuda-se tão pouco entre nós...

Quando a gente conhece os rasgos heróicos, as façanhas e as proezas dos *varões de outrora*, para as declamações da tribuna; ou quando conhece os processos de

palestra entre as estrelas e a lua, para os torneios literários; ou ainda quando transige com as opiniões do *respeitável publico*, nos artigos da imprensa; não há a menor necessidade de largas horas passadas a mesa de estudo...

Demais as únicas propagandas *fecundas* em nosso meio são aquelas em que o desaforo e a chalaça correm parelhas com as *bonitas frases*, ocas de sentido, mas bem sonoras, e com as *chapas* imprestáveis pelo uso e abuso de gerações sem conta...

Passemos, porém, ao segundo ponto, isto é, perguntemos qual é a conveniência do Rio Grande, independente, anexar-se ao Estado Oriental, em vez de marchar sozinho.

Se a causa é a fraqueza de nosso Estado e a necessidade de *chegar-se a alguém*, a conclusão disso é contrária ao separatismo; porque, sendo assim, fica exuberantemente provado que o Rio Grande não se acha em condições de tornar-se independente.

Deixando de lado outras razões, diremos que o separatismo só é natural quando o estado que arvora essa bandeira, vê os seus fatores de riqueza prejudicados, deseja aproveitá-los em benefício próprio e encontra neles o necessário para a vida autônoma.

Depois, como o Rio Grande precisa de *achegar-se a alguém*, que esse *alguém* seja o Brasil, e não o Estado Oriental.

Se a causa é outra, apresentem-na e sustentem-na, se forem capazes desse *tour de force*...

Da discussão nasce a luz...

VIII

Já aludimos a possibilidade de um movimento sedicioso em cujo pendão seja gravado o lema separatista.

Estendamo-nos agora em mais algumas considerações a esse respeito.

Se é certo que as revoluções que reagem contra as tiranias em nome do direito vilipendiado, merecem da história, juiz imparcial e austero, o reconhecimento da imortalidade; se é certo que as vitórias alcançadas pelo espírito novo sobre os erros e preconceitos do passado, no renhido de grandes pelejas, no aceso de duras refregas, cobrem os vencedores de glória; também é verdade que as sedições iníquas, feitas sem ideal, promovidas pelo ódio e pela cobiça, originam catástrofes medonhas e recebem dos pósteros o ferrete da ignomínia.

A nossa pátria já tem em seus anais alguns movimentos dignificadores e justos: 7 de Setembro, 13 de maio, 15 de Novembro e 23 de Novembro são datas de luz na ampulheta tormentosa de nosso existir de povo desprotegido por tudo e por todos.

A Independência, a Manumissão do escravo, a Proclamação da República e o baquear estrondoso da primeira ditadura militar: eis as culminações da vida política e social do Brasil.

Ora, depois da análise destruidora a que sujeitamos o pretenso determinismo da *pátria sulina*, ninguém ousará afirmar que uma revolta tendente a desagregar o país, traduza aspirações coletivas, nascendo naturalmente do acúmulo de agentes contraditórios em nossa sociogênese.

Póde o partidarismo truculento enviperar-se: - qualquer levante secessionista, provocado com fins subalternos por ambiciosos vulgares, não passará de um levante de facções.

Nem a alma popular brilhará na lâmina das espadas, nem o entusiasmo popular brotará dos hinos de combate, nem as esperanças populares acompanharão os estudantes de guerra!

As hostes compactas da politicagem, sim, essas poderão dirigir-se, firmes e decididas, para o campo da luta...

E, agora, perguntamos: será justo, será digno, será patriótico, tolher a marcha de nosso progresso, impedir a conquista de nossa grandeza, ensangüentar os nossos campos e cobrir de luto as nossas famílias por meio de uma sublevação sem justificativa histórica e social?

Será obra meritória desencadear sobre um Estado jovem, que começa a reunir elementos de força e de riqueza, a tempestade revolucionária, prenhe de horrores e desgraças?

Será empresa gloriosa sacrificar tudo, pátria, justiça, fraternidade, ao vil interesse político, aos mórbidos anelos de mando, a sede insaciável de nomeada?

Não!

Se algum degenerado, afrontando o prestígio sacrossanto das tradições nacionais e os ideais mais caros do Rio Grande, ousasse proceder desse modo; se tentasse ferir, armando braços mercenários, a pátria infeliz e querida que vacilla sem amparo e sem amor, aos golpes da mais negra adversidade, neste momento de obstáculos ingentes, de sofrimentos atrozes e de misérias sem nome; esse degenerado, esse réprobo, praticaria a maior das infâmias, a maior das torpezas, tornando-se réu de civismo, levantando milhões de protestos, sofrendo vingadora derrota!

Não! E no dia em que levassem a efeito o grande crime, o vil atentado, este povo, que parece um cadáver na atualidade, havia de erguer-se, para, forte, vibrante de patriotismo e de entusiasmo, aniquilar os criminosos!

Havia de erguer-se, no auge da cólera, cheio de pujança, sublime de brio *gaúcho*, para provar que em sua consciência ainda existem as vibrações da consciência dos *Farrapos*, amigos impertérritos da liberdade, que souberam defender durante dez anos, paladinos sem jaça do direito, por cuja desafronta tanto sofreram, amantes ardorosos do Brasil, que juraram proteger as primeiras ameaças do Prata!

Mas...quem sabe?

Nos tempos do império libertino, a virtude de Bruto causava riso; as tradições heróicas da Pátria provocavam gargalhadas; a plebe estava por tudo, desde que lhe *dessem- panem et circensem...*

Quem sabe?

Talvez o povo rio-grandense, que recebeu como herança preciosa a ossada de bento Gonçalves e de seus companheiros de lutas, de seus irmãos de armas; o povo que mais concorreu para a epopéia do Paraguai; que libertou espontaneamente quase todos os seus escravos; que ouviu Felix da Cunha e Venâncio Ayres; que derribou Deodoro; que fez tanta cousa bela e grande; talvez o povo rio-grandense, sem coragem, sem estímulos, sem vontade, cedesse ao desânimo e não reagisse!

Ah! Como é triste e doloroso só o perpassar desta dúvida!

IX

O separatismo não é, pois, uma causa de justiça, de verdade e de patriotismo.

Todas as páginas deste opúsculo, dedicado a juventude do Rio Grande, e, por isso mesmo, escrito com imparcialidade e amor, com firmeza e esperança, provam-no suficientemente.

O separatismo tem sido um sonho para muitos, e poderá tornar-se uma fonte de explorações para alguns...

Nada mais.

Sem a sanção de motivos históricos, sem a atenuante de princípios orgânicos contraditórios, sem a desculpa de uma lei, sem o selo da necessidade, a separação do Rio Grande, ou de qualquer outro Estado brasileiro, seria um fato deplorável, cheio de consequências nocivas.

Uma propaganda com esse fim não poderia deixar de ser fraudulenta.

É claro que não denominamos – propaganda – aos discursos isolados dos oradores de *meetings* ou de passeatas acadêmicas...

Essas peças tribunicias serão quando muito produtos suspeitos de politicagem local, sem o mínimo valor de inteligência e de sentimento.

Damos o nome de *propaganda* aos movimentos sistemáticos, que procuram atingir o seu objetivo por meios intelectuais e morais, falando aos cérebros e agitando os corações.

O separatismo é incapaz de tornar-se um movimento dessa ordem.

Eis a sua maior incongruência e o seu defeito mais grave.

Nem verdade, nem justiça, nem patriotismo.

Essas três forças que fazem os heróis e os mártires, os imortais e os bons; que purificam a consciência das massas e eternizam nas páginas da história a data das grandes reivindicações; essas três forças invencíveis que abatem sempre as tiranias cruentas, em nome da humanidade ultrajada; que garantem o futuro dos países; que já têm um poema nos anais do Brasil, em cujo solo ergueu-se a força do Tiradentes, e em cujas fronteiras tantos preconceitos foram vencidos; essas três forças do luminoso ideal de nossa redenção definitiva, jamais poderão animar os partidários e palavreadores do separatismo!

Consolação suprema!

Mas, já é tempo de saber se neste momento excepcional de gravidade pública, não existe algo de transcendente e de importante que precise de estudo e demande esforços, em vez de questiúnculas inoportunas de separação.

X

Uma das causas mais prováveis do agravo extraordinário e assustador dos males pátrios, é que quase todos neste país procuram curar a enfermidade fora do organismo social, a semelhança dos antigos médicos que consideravam a moléstia, simples estado do corpo, como uma entidade perniciosa.

É um engano fatal.

Todas as instituições liberais que o otimismo patriótico procurou adaptar ao Brasil, nação ainda nova e inexperiente, mas já assinalada por sintomas mórbidos, falharam estrondosamente, vergonhosamente, deixando os autores da tentativa em completo alheamento intelectual, e anarquizando os sentimentos do povo.

Nos tempos da monarquia, o funcionar do parlamentarismo, na complexidade de seus órgãos, foi mais irregular que ridículo.

A chicana lavrara intensamente, corroendo tudo; a podridão infectava o país desde a régia bragantina até as câmaras municipais; o constitucionalismo era a maior das burlas.

Trono vacilante, rei verzejador, políticos empíricos, chicanistas audazes, discursos aos milhões e nenhum resultado concreto: eis a monarquia dos Braganças.

Aquela excisão ameaçava de morte esta Pátria feliz...

Veio a República.

O mesmo vírus que envenenou o regime passado, apeçonhou o novo.

A desorganização de todas as classes permitiu a supremacia militar; os elementos monárquicos, imobilizados, nulos, não podiam regenerar-se de súbito; a política estagnou-se.

De erro em erro, de desastre em desastre, de vergonha em vergonha, chegamos ao estado calamitoso em que nos debatemos, desorientados e cétricos.

A justiça, não tem apóstolos; as leis nada valem no conceito público; as finanças pioraram; a indisciplina assombra; a anarquia reina, soberana, em todas as repartições; a inépcia domina os ministérios; a indecisão caracteriza os estadistas.

Nem método, nem soluções, nem patriotismo.

Somente o medo de um futuro negro estimula algumas consciências.

Os políticos sem fé e sem idéias aproveitam o momento para acusar os adversários, indicando-se simultaneamente para salvadores infalíveis das instituições periclitantes.

Na prática, transigem sempre, com tudo e com todos.

As classes proletárias nunca atravessaram época tão crítica; a honra nacional nunca esteve tão esfarrapada...

O estrangeiro ri-se, lamenta, que um povo anulado possua tantas riquezas naturais, cujo aproveitamento seria útil a humanidade, e procura questões conosco.

“Fase de transição”, exclamam de toda parte, mas a verdade é que os males persistem, assustadores e graves, zombando do tempo e dos homens.

O desespero evidencia-se por meio de opiniões irrazoáveis.

A restauração da monarquia, o parlamentarismo, etc., constituem o programa de certas facções, tornando-se notável que políticos outrora indiferentes as formas de governo procurem hoje arrancar o país do abismo, retrocedendo a formas de governo, que já tivemos...

Por outro lado, alguns elementos republicanos revoltam-se contra indivíduos isolados e situações de momento, em vez de procurarem a origem das desgraças na sociedade onde esses indivíduos agem e de onde esses governos saíram.

Eis o ponto central do assunto.

O regime há de estar forçosamente na razão direta do povo!

A *prosperidade de um país*, diz Spencer (*o individuo contra o estado*), e a parte de justiça em sua organização, dependem no futuro, do caráter de seus membros; e o único progresso real será o progresso desse caráter...

No Brasil, como já afirmamos, a solução do problema social consiste na transformação de muitos milhões de sujeitos, sem moral cívica, em cidadãos cômicos de seus deveres e direitos.

Sem esse resultado, nada conseguiremos apesar de todas as reformas administrativas projetadas na precipitação dos grandes desastres.

“Quisera eu, escreve Rui Barbosa que em vez de se aterem a superfície, os nossos homens de estado descessem a raiz dos nossos sofrimentos, reconhecendo que a enfermidade não está ligada ao acidente político das formas de governo; que a escravidão branca de hoje é apenas a fase crítica do nosso envenenamento pela escravidão negra; que as reformas políticas são ineficazes para a cura desta degenerescência; *que, em suma o que o país está pedindo é uma união entre os espíritos sólidos, cultos e moderados de todas as convicções no sentido de um movimento educador, pacificador, reconciliador, que restitua ao país a civilização, isto é, a segurança, permitindo a nação orientar-se, retemperar-se em sangue novo, e conquistar o governo de si mesma*”.

A politicagem, sobretudo, deve ser combatida com ardor e coragem; porque o acurramento nacional é, em grande parte, devido a ela.

Deixemos a intransigência partidária, desprezemos os rancores pessoais, esqueçamos os interesses de campanário e pensemos apenas na felicidade, na grandeza, no poder e na justiça do Brasil.

Na justiça especialmente.

Quando a noção superior de justiça não se acha incrustada na consciência pública, tudo cai, tudo morre: a liberdade, o progresso, a honra, o sentimento.

E como estas páginas são escritas tendo em vista a análise do separatismo rio-grandense, diremos com eminente publicista, que a soberania da magistratura na interpretação da lei, tem sido uma das causas da união federativa resistir nos Estados-Unidos a degeneração de certas forças sociais.

Que o exemplo seja seguido!

Ao passo que outros sonham com a separação do Rio Grande, nós entendemos que todos os Estados brasileiros *devem unir-se*, em estreita solidariedade com o centro, para o restabelecimento da pátria!

Decidam os jovens patriotas rio-grandenses de que lado estão o patriotismo e a razão.

XI

A' imprensa rio-grandense.

É a vós que dedicamos a última página deste opúsculo, jornalistas do Rio Grande; a vós, que sois os representantes da opinião, os intérpretes fiéis do sentir popular, os religionários do progresso neste extremo da pátria; a vós que colocais a verdade e a justiça acima da hipocrisia e da violência.

O fim destas linhas de propaganda é todo de amor: não há em nenhuma delas o traço negro do despeito partidário ou a nota vermelha do ódio.

O Brasil sofre, o Rio Grande sofre: de nada mais queremos saber.

A nossa conduta no jornalismo tem obedecido ao sentimento que nos inspiram as dores da pátria, que aprendemos a amar na mansuetude do lar, ouvindo as lições paternas; que aprendemos a respeitar na luz de suas tradições; que procuramos servir por meio do estudo, afrontando a ira dos maus e a indiferença de néscios.

Adversários pequeninos, entes de lama, já tentaram vencer-nos pelo silêncio sistemático, pelo insulto calunioso e pelo desprezo simulado.

Pelo Futuro, obra literária que dedicamos a mocidade estudiosa desta terra, obra que visava um objetivo mais elevado e mais nobre que todas as aspirações mesquinhas da política – mereceu de nossos antagonistas na imprensa duríssimo tratamento.

Deixaram a parte qualquer merecimento possível do livro; não lhe discutiram as idéias basilares; não lhe assinalaram as intenções: amesquinharam-no insultando o autor, cujo único crime consistia em estar a frente da redação d'A República.

O mesmo vai acontecer, certamente com relação ao presente trabalho: muitas injúrias ou calculado silêncio, pretensa indiferença.

É por isso que vamos dirigir um apelo aos jornalistas moderados e patriotas que combatem pela felicidade do Rio-Grande.

Se as idéias e os princípios deste opúsculo merecerem a adesão dos espíritos livres, ou se, recebendo negações doutrinárias, inspirarem todavia o respeito que todos devem as opiniões francas e desinteressadas, dignem-se os jornais patrícios de discuti-los e estudá-los.

Será um serviço relevante prestado ao Rio-Grande.

NOTA

O trabalho de revisão desta obra correu muito irregularmente, e por isso acha-se ela eivada de erros, que felizmente não lhe alteram o sentido.

Demais, como já notou um escrito, o autor lê o que escreveu, não o que os tipógrafos compuseram.

ALCIDES MAYA

Alcides Maya (A.Castilho M.), jornalista, político, contista, romancista e ensaísta, nasceu em São Gabriel, RS, em 15 de outubro de 1878, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 2 de outubro de 1944. Eleito para a Cadeira n. 4, na sucessão de Aluísio Azevedo, em 6 de setembro de 1913, foi recebido pelo acadêmico Rodrigo Octavio em 21 de julho de 1914.

Seu pai, Henrique Maya de Castilho, era funcionário federal e de origem citadina. O vínculo com o pago e o sentimento gaúcho, que marcariam a ficção do futuro escritor, vieram-lhe através da linha materna. Carlinda de Castilho Leal, sua mãe, era filha de Manoel Coleho Leal, dono da estância de Jaguari, no município de Lavras do Sul, e ainda de duas frações de campo em São Gabriel, chamadas Tarumã e Guabiju. Alcides Maya passou a vida na estância de Jaguari, cenário de muitas de suas páginas regionalistas, sobretudo no romance Ruínas vivas, que é, de certo modo, a visão nostálgica da estância avoenga. Antes de ter concluído os estudos primários, Alcides foi levado para Porto Alegre, onde fez os estudos de humanidades. Em 1895, quando contava 18 anos, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. A sua verdadeira vocação, porém, eram as letras e o jornalismo, por isso abandonou o curso de Direito. Retornando a Porto Alegre em 1896, entregou-se à prática do jornalismo militante, atividade que ele exerceria ao longo de toda a vida.

No jornalismo distinguiu-se sempre pela preocupação eminentemente cultural e pelo engajamento político. Iniciou em A Reforma, órgão federalista, mas logo foi “lutar ao lado dos batalhadores da República”. A partir de 1897, passou a integrar a redação de A República, órgão da dissidência republicana, e chegou a ocupar a direção do jornal. Aos 19 anos estreou em livro com Pelo futuro. Seus artigos de jornal de 1898 a 1900 foram reunidos em livro sob o título de Através da imprensa. Além da vivência nas redações de jornais, teve contato, em Porto Alegre, com o celebrado polígrafo Apolinário Porto Alegre, cujo retiro da Casa Branca era “a verdadeira sede da atividade espiritual do Rio Grande”.

Em 1903, Alcides Maya fez sua primeira viagem ao Rio de Janeiro, onde seu nome já era bem conhecido. A partir de então, passou a viver e a desenvolver atividades, alternadamente, ora no Rio de Janeiro, ora em Porto Alegre. Homem de caráter e refinado esteta, era o tipo de intelectual talhado para sentir-se à vontade na capital do país. Seu gauchismo sem jaça era a expressão da autenticidade do seu nacionalismo atuante. Suas idéias anti-separatistas estão contidas no livro O Rio Grande independente. No Rio, residia numa “república de intelectuais”, situada na rua das Laranjeiras, onde recebeu um dia a visita de Machado de Assis. Desde então, foi levado a entrar na intimidade do mundo machadiano.

A partir de 1905, passou a militar na imprensa carioca, profissionalmente, colaborando em O País, O Imparcial, Correio da Manhã e o Jornal do Commercio. Assinava artigos também com o pseudônimo Guys. Em 1908, voltou para Porto Alegre, levado por uma motivação bastante ambiciosa: a fundação de um matutino, o Jornal da Manhã. Durou apenas um ano, mas ficou na sua coleção uma parte valiosa do acervo jornalístico de Alcides Maya. De volta ao Rio, viveu os melhores anos de sua carreira

jornalística e literária. Em 1910, publicou seu único romance, *Ruínas vivas*, que irá compor, com os livros de contos *Tapera* (1911) e *Alma bárbara* (1922), a sua trilogia regionalista, que reflete a poesia dos pampas, buscando no passado as raízes do seu povo. Outros grandes momentos de sua carreira deram-se em 1912, com a publicação do ensaio *Machado de Assis* (algumas notas sobre o humor), e, no ano seguinte, com a sua entrada na Academia Brasileira de Letras, como o primeiro rio-grandense a ter ingresso na Casa de Machado de Assis. Por essa época, era o bibliotecário do *Pedagogium*.

Representou o Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados, no período legislativo de 1918 a 1921. Embora integrado na representação do Partido Republicano, a sua atividade parlamentar se fez sentir pela preocupação com os problemas da educação e cultura. De 1925 a 1938, residiu em Porto Alegre, com breve incursão ao Rio, decorrente de sua participação no movimento revolucionário de 30. Lá dirigiu o Museu Júlio de Castilhos, até se aposentar, e colaborou no *Correio do Povo*. Levado por uma inquietação de toda a vida, retornou ao Rio, onde viveu os últimos anos de sua vida (1938-1944), escrevendo para o *Correio do Povo* e freqüentando a Academia Brasileira de Letras quando podia. Mas sempre sentindo saudades do Rio Grande, da sua querência. Para lá voltou, cinco anos após sua morte, quando seus restos mortais foram trasladados para o Panteon Rio Grandense, em Porto Alegre.

Obras: *Pelo futuro*, ensaio (1897); *O Rio Grande independente*, ensaio (1898); *Através da imprensa* (1899-1900), jornalismo (1900); *Ruínas vivas*, romance (1910); *Tapera*, contos (1911); *Machado de Assis – Algumas notas sobre o humour*, ensaio (1912); *Crônicas e ensaios*, jornalismo (1918); *Alma bárbara*, contos (1922); *O gaúcho na legenda e na história*, ensaio (1922); *Lendas do Sul*, folclore, publicadas na *Ilustração Brasileira* (1922); *Romantismo e naturalismo na obra de Aluísio Azevedo* (1926).

Digitalizado em 09/Janeiro/2006.

ADENDOS DA EDIÇÃO ELETRÔNICA

RIO GRANDE INDEPENDENTE

PREFÁCIO

Por Manoel Correia de Andrade

É louvável a iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, de publicar livros antigos sobre o Estado, a fim de que os leitores de hoje tenham uma idéia do que foi o Rio Grande e o que pensavam os escritores gaúchos, alguns muito famosos, a respeito de sua província, até 1889, e do Estado, a partir daí, e de suas relações com as demais províncias e estados do Brasil. O livro de Alcides Maya, com longo prefácio de Apolinário Porto Alegre, foi publicado em 1898, no primeiro decênio de vida da República, quando as antigas províncias do Império, submissas, durante décadas, ao poder central, em um sistema unitário asfixiante, sentiam-se livres e passaram a reivindicar direitos quase que de estados soberanos.

O grande político e escritor do Império, Joaquim Nabuco, manteve-se monarquista até a maturidade, por temer que a República, ao conceder autonomia as províncias, tornasse o poder central tão fraco que não fosse capaz de manter a união, e que o Brasil se dividisse em uma série de pequenas repúblicas, de tamanhos e recursos variados, como ocorrera com a América Espanhola. Sabia-se que o Brasil, durante o período colonial, era formado por uma série de capitanias diretamente dependentes do governo da metrópole, de Lisboa, e só com a fuga de D. João VI, em 1808, para o Rio de Janeiro, tentou-se dar uma unidade ao Reino, criado em 1816. Mesmo as capitanias do Norte, como o Maranhão e o Grão Pará, mais da metade do território que viria a participar do Império do Brasil, tinham muito maiores ligações com a Metrópole do que com o Rio de Janeiro e que, para participarem o novo Império e aceitarem a independência, tiveram que ser conquistadas pela recém organizada marinha imperial, dirigida por oficiais ingleses.

A Guerra da Independência não foi tão pacífica como se supunha, como demonstramos em ensaios sobre revoltas^{[1](#)}; na realidade, a Independência só se centralizou em torno do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, graças as vantagens que o Rio tinha, por ter sido

durante algum tempo a metrópole portuguesa na América e a habilidade política e artimanhas de José Bonifácio que, contrariando interesses regionais e de grupos, conseguiu fazer com que se aceitasse a permanência no poder da própria dinastia portuguesa. Foram numerosos os interesses contrariados e os sentimentos regionais reprimidos, sobretudo em províncias, antigas capitanias mais ricas e desenvolvidas e com um movimento comercial mais expressivo, como o Maranhão, Pernambuco, a Bahia, e o Rio Grande do Sul. A independência foi conduzida pelas elites regionais, formadas por grandes proprietários de terra, comerciantes ricos e altos funcionários que tolheram a participação popular e os movimentos de massa, feitos pela população pobre e inculta do interior. Populações que se sentiram logradas pela presença de um imperador estrangeiro e por uma nobreza formada por pessoas importantes que já ocupavam cargos e posições no período colonial.

O estudo das revoluções ou revoltas populares ocorridas durante o período regencial é fundamental para que bem se conheça a história brasileira. Entre estas podemos salientar a Cabanagem no Pará^[2] a Balaiada no Maranhão e Piauí^[3], a Guerra dos Cabanos em Pernambuco e Alagoas^[4], a Sabinada na Bahia^[5] e a Guerra dos Farrapos^[6] no Rio Grande do Sul. Nestas revoltas, que tiveram grande duração, havia um grande contingente de populares – escravos, negros e mulatos forros, populares de diversas camadas e alguns líderes oriundos da própria oligarquia dominante. No Pará, por exemplo, participaram como chefes da cabanagem Vinagre, Angecim(sic) e Marcher, em Pernambuco e Alagoas líderes das famílias Roma, filhos do famoso Padre Roma, e dos Mendonças, na Bahia o médico Sabino da Rocha Vieira e no Rio Grande do Sul estancieiros, grandes criadores de gado como Bento Gonçalves e o Gal. Neto. De uma forma ou de outra os revoltosos não tinham uma percepção maior do nacional e faziam sobressair em seus anseios, aspirações e reivindicações dominantes regionais e locais.

O Império, implantado com o movimento de 1822 e consolidado com muita luta no período regencial, de 1831 e 1840, conseguiu, a partir daí, uma certa estabilidade, absorvendo, de forma ampla, em seus partidos – liberal e conservador -, lideranças anteriormente consideradas federalistas e/ou republicanas. Mas o equilíbrio imperial foi mantido apenas durante meio século, graças a habilidade política de D. Pedro II, ao equilíbrio entre as elites políticas que controlavam a agricultura e o comércio de exportação de produtos tropicais – açúcar, café, algodão, cacau, etc – e a manutenção do sistema de trabalho escravo. O Brasil foi o país da América Latina maior importador de

escravos africanos, mantendo o tráfico negreiro até 1854, e a escravidão até 1888, prolongando a escravidão, de forma disfarçada, até as primeiras décadas do século XX, de vez que ao escravo não se deu a oportunidade de se tornar cidadão, mas apenas a liberdade e o direito de mendigar um trabalho mal remunerado nas cidades e nas antigas fazendas onde haviam sido escravos.

O império ficou enfraquecido, devido suas bases de apoio – a Igreja, a escravidão e o exército – e o desigual desenvolvimento das províncias, algumas delas passaram a sonhar com a implantação da república, que poderia atingir o todo ou partes do território brasileiro. Assim, São Paulo, a província mais próspera e progressista, em face ao desenvolvimento da cultura do café, desejava a república, alegando que o crescimento econômico da mesma era cerceado pela política unitarista imperial e admitia que, feita a república, poderiam as outras províncias, seguir o seu exemplo, proclamando a separação do Brasil e a adoção do regime republicano, e, em seguida, se federalisarem com o seu apoio. Idéia defendida em livro famoso, na época, por jornalista radicado em São Paulo e irmão do futuro presidente da República e republicano histórico, Campos Sales^[7].

Este ponto de vista estava presente no pensamento de políticos de outros estados, inclusive do Rio Grande do Sul. Na verdade, ocorria que São Paulo, a proporção que crescia economicamente, procurava aumentar a sua influência na vida e na organização do Império e, após o 15 de Novembro, da República trazendo, problemas a estados cuja influência declinava, como o Maranhão, Pernambuco e Bahia, ou que procuravam ascender, como o Rio Grande do Sul. O seu peso político e econômico era muito grande para os estados com menores recursos, criando um clima de rivalidade que punha em risco a estabilidade do Império e a unidade do país^[8]. Daí formarem-se entre as elites grupos que optavam por soluções diversas que podem ser agrupados em: a) os monarquistas ortodoxos, que juntavam a existência do Império a política de centralização, negando qualquer autonomia as províncias; b) os que se tornaram partidários da secessão, podendo cada província ou estado tornar-se um país independente; c) os partidários de uma federação ou de uma confederação que lutavam pela formação de um país onde as várias unidades políticas tivessem uma certa autonomia, sem perderem os vínculos nacionais. Estes, como o grande jurista Rui Barbosa, se miravam sobretudo na Constituição dos Estados Unidos, esquecidos de que este país evoluíra de uma confederação para uma federação e por isto os estados membros guardavam certos direitos que já tinham quando soberanos. Até o direito a secessão, utilizado pelos estados

do Sul contra os do Norte, no governo de Lincoln.

No Brasil ainda ocorria um certo estadualismo, guardando as províncias, posteriormente transformadas em estados, certas recordações da quase autonomia que desfrutavam, frente a metrópole. Recordações que eram mais fortes em algumas áreas que em outras, como acontecia em Pernambuco e na Paraíba que enviaram representantes ao Parlamento Imperial, conhecidos por suas convicções republicanas, como o padre Venâncio Henriques de Resende e o próprio Manuel de Carvalho Paes de Andrade (senador pela Paraíba), anos depois de ter sido presidente da Confederação do Equador e de ter conservado políticos influentes com idéias republicanas, como Borges da Fonseca^[9], até meados do século XIX, atuantes na chamada Revolução Praieira.

O Rio Grande do Sul entrou tarde no conjunto brasileiro, de vez que foi povoado tardiamente, em vista das lutas existentes entre portugueses e espanhóis, nos primeiros séculos de colonização (XVII e XVIII), e do seu povoamento, inicialmente litorâneo e só depois do interior, ser feito de forma descontínua, com os açorianos no litoral e os criadores de gado, vindos de São Paulo, no interior, graças a pecuária bovina e de muares que daria origem a exploração do couro, a formação de tropas de muares e, finalmente, a implantação de charqueadas, já no século XIX. Na verdade, foram as charqueadas, que sucederam a nordestina, que inseriram o Rio Grande entre as unidades políticas do país.

O povoamento do Rio Grande esteve muito ligado a garantia do território nacional frente aos castelhanos do Vice-Reinado do Rio da Prata, com as guerras fronteiriças, iniciadas no século XVIII, com a luta pelo território das Missões. Esta luta foi, na verdade, o choque entre dois imperialismos, o português que queria estender os seus domínios até o Prata, chegando a construir a Colônia do Sacramento quase na foz desse rio, e o espanhol que sonhava criar um grande império a partir de Buenos Aires que deveria, na lógica política de então, dominar Montevidéu e Assunção e se expandir até a região produtora de prata dos Andes bolivianos. E o Rio Grande do Sul foi uma espécie de pára-choque entre estas duas forças na luta em que os portugueses levaram a melhor, mesmo sem conseguir dominar o Prata, enquanto o império espanhol foi vítima de secessão que dividiu o Vice Reinado em quatro países: a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia.

Dominando o Rio Grande, os grandes proprietários, criadores de gado e produtores de carne – a charque-, tiveram que se envolver em questões de limite e de domínio de terras e campos, participando tanto das guerras platinas como das revoluções em que

desejavam firmar a sua autonomia no Império que eles não rejeitavam, mas a que não eram submissos. Daí as posições que o colocavam em choque com o poder central e a sua participação ativa na Guerra Cisplatina, quando o governo português resolveu intervir no Prata visando, a um só tempo, derrotar o movimento pela independência, chefiado por Artigas, e se apossar de Montevideú, criando a chamada província Cisplatina; depois, no período de 1825 a 1828, quando houve o levante de Lavaleja e a luta do Brasil contra a Argentina (então províncias Unidas do Rio Prata) de que resultou a criação da República da Banda Oriental do Uruguai, a luta interna na Província do Rio Grande contra o despotismo imperial e a má administração da província, causando sérios problemas de distribuição de tributos, quando os rebeldes gaúchos proclamaram a República Rio-Grandense no Rio Grande e Juliana em Santa Catarina, que perdurou de 1835 a 1845; em seguida a guerra contra Rosas em 1851/52, a intervenção no Uruguai e a guerra contra Oribe, que provocou a famosa grande guerra do Paraguai, quando o Rio Grande foi invadido por tropas paraguaias e foi ponto de base para a reação brasileira, de onde partiram forças aliadas a Argentina que combateram a república guarani^[10].

Observa-se, porém, que mesmo restaurada a soberania brasileira sobre o Rio Grande, a província, depois o Estado, continuou mantendo características próprias que o identificavam com as suas origens. Por exemplo, ao se constitucionalizar, promulgou uma Constituição bem fora dos princípios seguidos pela Constituição nacional de 1891, permitindo, entre outros dispositivos, a reeleição dos seus presidentes. Daí Borges de Medeiros ter se reeleito presidente do Rio Grande, durante 4 mandatos. E foi palco de uma sangrenta revolta, a chamada federalista, em 1893, em que os gaúchos, chefiados por líderes eminentes como Silveira Martins, resistiram as forças Florianistas por mais de dois anos. Também, em pleno período de esplendor da chamada Primeira República – será que ela teve um período de esplendor? – O Rio Grande foi palco de uma revolução, em 1923, que procurava entre outras coisas amainar os rigores de uma Constituição rigidamente positivista, seguidora dos ensinamentos de Augusto Conte, denominada a dos Maragatos^[11], e ele seria por duas décadas, a partir de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas, o centro da política brasileira.

Sendo os gaúchos fortemente politizados, tiveram grande participação no desenvolvimento político brasileiro, produzindo uma literatura muito rica, ligada a assuntos políticos e sociais. Assim, com a ascensão do regime republicano o problema do separatismo voltou a ser assunto importante em todo o país, sendo numerosos os

publicistas gaúchos que se pronunciaram em artigos, ensaios e livros a respeito. É interessante ressaltar que o tema da Revolução Farroupilha voltou a tona e se mantém, até hoje, alimentando rica bibliografia de história e de literatura.

A literatura histórica, o romance histórico, tem uma grande importância no Rio Grande, com repercussão em todo o Brasil graças a autores como Érico Veríssimo, Josué Guimarães, Assis Brasil e Letícia Wierzchowski; os temas políticos, embora menos divulgados, estão em livros como os de Alfredo Varela^[12], de Oliveira^[13], de Mota^[14], de Dante de Laytano^[15] e Tristão de Alencar Araripe^[16].

Entre todas estas obras que refletem o passado do Rio Grande, encontra-se o livro de Alcides Maya^[17], escrito em 1892, quando ele tinha apenas 18 anos, e no momento histórico em que a unidade perigava, face ao movimento irradiado sobretudo de São Paulo, com livros famosos, como Pátria Paulista de A.Sales, e que teve continuidade até os anos Trinta do século XX. De tal forma que na revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, havia uma ala que apoiava o separatismo, com figuras como Monteiro Lobato, Guilherme de Almeida e Alfredo Ellis Junior^[18]. Este chegou a escrever um livro em que compara as condições econômicas do Rio Grande do Sul com as do Uruguai, mostrando que o Estado teria maior viabilidade econômica para ser uma país independente do que a república platina.

Alcides Maya, apesar de sua juventude e de viver em um Estado que atravessara uma forte conflagração, com a revolução Constitucionalista, defendia a idéia de uma maior autonomia para o mesmo, mas condenava a separação pura e simples. E o faz na linguagem veemente do seu tempo, em tom discursivo, como a desafiar para uma polêmica os outros publicistas gaúchos e certamente dos outros estados do Sul e do Sudeste, sobretudo os paulistas, onde Martim Francisco, descendente de família ilustre, congregava separatistas. Em seu livro ele mostra como há uma diferenciação sócio-econômica entre os estados do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – e outros estados brasileiros, mas leva o leitor a concluir que estas diferenças são comuns em outros países de grande extensão territorial, onde a conquista de terra, a produção do território, foi feita por etapas.

Ao nosso ver, o livro de Alcides Maya, apesar de escrito faz mais de um século, ainda é uma obra que deve ser lida e meditada pelos estudiosos da Geopolítica e das ciências humanas e sociais em geral; os problemas nele contidos e analisados ainda estão

presentes nos dias de hoje, são problemas importantes que carecem de reflexão. Reflexão que, naturalmente, leva ou pode levar ação.

[1] ANDRADE, Manoel Correia de. As Sedições de 1831 em Pernambuco. Revista de História, nº 28. São Paulo, 1956.

[2] MARLEY, J.A.A Cabanagem. Belém: Librería Clássica, 1936.

[3] SERRA, Astolfo. A Balaiada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

[4] ANDRADE, Manoel Correia de. A Guerra dos Cabanos. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

[5] VIANNA FILHO, Luís. A Sabinada. República Baiana de 1838. José Olympio. Rio de Janeiro.1938

[6] FLORES, Moacir. Modelo Político dos Farrapos. Mercado Aberto. Porto Alegre, 1987.

[7] SALES, A. A Pátria Paulista. Campinas: Gazeta de Campinas, 1887.

[8] ANDRADE, Manoel Correia de. Espaço, Polarização e Desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 1987.5 ed.

[9] SANTOS, Mario Marcio de Almeida. Um Homem contra o Império. Antonio Borges da Fonseca. João Pessoa: Secretaria Estadual de Cultura, 1995.

[10] CALMOM, Pedro. História do Brasil. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1939. 5 volumes.

[11] FLORES, Moacyr. Dicionário de História do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2ed.

[12] VARELA, Alfredo. Revoluções Cisplatinas. Porto Alegre: Chardon, 1915.

[13] OLIVEIRA, S.A. A Independência do Sul. Porto Alegre: Martins, 1986.

[14] MOTA. República Fratricida. Revoluções riograndenses. 1835-1923. Porto Alegre: Martins, 1989

[15] LAYTANO, Dante de. História da República Riograndense. Porto Alegre: Globo, 1936.

[16] ARARIPE, Tristão de Alencar. A Guerra Civil no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Laemmert, 1881.

[17] MAYA, Alcides. O Rio Grande Independente. Porto Alegre: Typ. Da Agência Literária, 1898.

[18] ELLIS JUNIOR, Alfredo. Evolução da Economia Paulista e suas causas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

ALGUMAS PALAVRAS

A DIREÇÃO DO Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul entendeu publicar uma série de documentos do século XIX guardados em seus arquivos. Entre os tantos chamou a atenção o opúsculo de Alcides Maya dedicado **Aos Jovens Patriotas do Rio Grande**, sob o título **Rio Grande Independente**. O texto mereceu longo e documentado prefácio, assinado em 6 de março de 1898 por Apolinário Porto Alegre, lá na saudosa Casa Branca. Sabemos do mérito literário de Alcides Maya, eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 1913, tendo tomado posse em 21 de julho de 1914 na cadeira nº4, na sucessão de Aluísio de Azevedo. Nascido em São Gabriel/RS em 15 de outubro de 1878, celebrizou-se na produção literária com temas rio-grandenses. Militou na política representando o Estado na Câmara dos Deputados de 1918 a 1921. Preocupou-se muito com os problemas da educação e da cultura. Muito lembrados são o romance **Ruínas Vivas**, publicado em 1910 e os contos **Tapera** em 1911.

Jornalista, tribuno, escritor, Alcides Maya amou o Rio Grande de alma intensa em todas as horas de 1878 a 1944. Vivendo as confusões políticas agitavam o Brasil e o Estado, meditou profundamente essa situação e escreveu as páginas cheias de patriotismo sob o título Rio Grande Independente, em 1898, texto precioso que traduz a alma patriótica do jovem de 20 anos que queria ver o Estado livre e forte, unido estreitamente à República Federativa do Brasil.

Neste 2006, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul entrega aos leitores rio-grandenses e brasileiros esta pérola guardada oculta por mais de um século. É uma mensagem do jovem esperançoso de futuro no dealbar dos tempestuosos e inseguros anos da vida nacional republicana.

Porto Alegre, 13 de janeiro de 2006.

Prof. Ir. Elvo Clemente

Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul